PROGNÓSTICO SAFRA 82/83

AGROANALYSIS

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

VOL. 6 — Nº 8/9 — AGOSTO/SETEMBRO 1982

PERIÓDICOS

EAESP

FGV-ESCOLA ADM EMP AS SP
BIBLIOTECA KARL BO ECKER
AV 9 DE JULHO 2029 10.AND
01313 SAO PAULO SP

IMPRESSO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRÍCOLA

COORDENADOR
Tito Bruno Bandeira Ryff

QUADRO TÉCNICO E ÁREAS DE INTERESSE

Fatores de Produção; Infraestrutura; Pecuária
Bruno Marcus Rangel Pessanha
Editoração; Arroz; Cevada; Mamona; Comércio Internacional; Feijão
Fernando Roberto de Freitas Almeida
Cana-de-Açúcar; Mandioca; Álcool; Serviço de Dados Básicos
Francisco Antônio da Fonseca Menezes
Algodão; Fruticultura; Olericultura
Iracema Bouzas Pessôa
Milho; Suinocultura; Avicultura; Serviço de Cadastro
Irene Raguenet Troccoli
Oleaginosas; Trigo; Metais Preciosos
Leila Tendrih de Freitas Almeida
Cacau; Café; Fumo; Moeda e Crédito
Régis Norberto da Cunha Alimandro

QUADRO DE APOIO

Diagramação; Composição; Montagem; Arte-Final
Emerson da Silva Martins
Secretária
Jorgina Leite Lemos
Datilógrafo
Damião Roberto Mattos Pinheiro
Mensageiro
José de Oliveira Melo Júnior
Serviço de Documentação
Maria Eunice Rocha
Estagiários
Carlos Derouineau Antunes Neto
Cláudia Rodrigues Campos
Cristina Pinho Corrêa
Deborah de Almeida Lima
Edmilson Marques Lana

"Agroanalysis" é uma publicação do Grupo de Informação Agrícola do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas, editada com apoio do Banco Central.

Agroanalysis, v. I – , n. 1 –; 1977 –
Rio de Janeiro, Grupo de Informação Agrícola
v. ilust. 30 cm Mensal (jan. a dez.)

1. Agricultura – Periódicos. I. Grupo de Informação Agrícola
CDU 631 (05)

Grupo de Informação Agrícola
Av. Gomes Freire, 647 – 10º – ZC-58
Fones: 232-5001, 232-6827, 232-8678 e 232-2548
Telex: 212-3840 FGVE BR
20.000 – Rio de Janeiro – RJ
BRASIL

BIBLIOTECA KARL A. BOEDECKER
Escola de Administração de Empresas de São Paulo

AGROANALYSIS

FUNDAÇAO GETÚLIO VARGAS

Instituto Brasileiro de Economia

ÍNDICE

Páginas

Análises

A Conjuntura Econômica e a Safra 1982/83. 2
Algodão. 8
Arroz 16
Feijão 22
Milho 29
Soja 38
Trigo. 42

Panorama Agropecuário

Preços no Mercado Externo. . . 45
Preços no Mercado Interno . . . 47
Preços Relativos 49

NOTA DA EDIÇÃO

Já faz parte da rotina do Grupo de Informação Agrícola (GIA) publicar, nesta época do ano, um número especial de **"Agroanalysis"** dedicado ao prognóstico da safra que se inicia. No Prognóstico de agosto de 1981, por exemplo, o GIA alertava para o risco de que uma nova expansão significativa da oferta agrícola acabasse arrastando os preços a níveis muito próximos, ou mesmo inferiores, às despesas de produção efetuadas pelo produtor. Os preços reais recebidos pelos produtores em 1982, bastante inferiores, via de regra, às médias registradas no período 1973/1979, confirmaram essas apreensões.

Desta feita, a breve análise introdutória da página 2 mostra que as perspectivas para 1983, no que se refere à situação dos mercados agrícolas, não são muito favoráveis, tanto no que diz respeito às características globais da economia, quanto no que concerne aos indicadores de política agrícola. Apesar disso, não se deve esperar forte retração na área de plantio das principais lavouras para a safra 1982/83, como mostram os comentários sobre produtos específicos, publicados a partir da página 8. De certa forma, os agricultores continuarão plantando, premidos pelo endividamento acumulado em temporadas passadas e estimulados pelo fato de que, na maioria dos casos, a receita monetária a ser obtida continuará superando o custo variável de produção. Com efeito, em época de crise, o importante é manter a liquidez monetária, ainda que com o ônus do endividamento crescente ou com o prejuízo do desgaste do capital fixo.

Como das vezes anteriores, o Grupo de Informação Agrícola publicará o Prognóstico em duas etapas. Neste número, divulga-se o Prognóstico relativo às culturas temporárias (algodão, arroz, feijão, milho, soja e trigo). No mês de outubro, então, será publicado o Prognóstico referente às culturas permanentes (cana-de-açúcar, cacau, café e laranja) e à atividade criatória (bovinocultura de corte e de leite, avicultura e suinocultura).

A CONJUNTURA ECONÔMICA E A SAFRA 1982/83

APROXIMANDO-SE O PLANTIO DA SAFRA DE VERÃO, NO CENTRO-SUL DO PAÍS, VISLUMBRAM-SE PERSPECTIVAS NÃO MUITO FAVORÁVEIS PARA 1983. ISTO OCORRE TANTO NA ECONOMIA COMO UM TODO, QUANTO NO QUE DIZ RESPEITO À AGRICULTURA, POIS, ALÉM DAS INCERTEZAS NATURAIS DE UM PERÍODO DIFÍCIL, A PRESENÇA DE VOLUMOSOS ESTOQUES DE ALGUNS PRODUTOS EM MÃOS DO GOVERNO FEDERAL DIFICULTA AS PROJEÇÕES DO COMPORTAMENTO DOS MERCADOS AGRÍCOLAS, NO PRÓXIMO ANO. O PRESENTE ARTIGO E OS QUE SE SEGUEM PROCURAM ELUCIDAR ALGUMAS DESTAS QUESTÕES.

O texto relativo ao Prognóstico da Safra 1981/82, publicado no **Agroanalysis** de agosto de 1981, terminava com o seguinte alerta, que os acontecimentos posteriores se encarregaram de justificar:

"Tudo indica que o governo, ao fixar os parâmetros da política agrícola para a safra 1981/82, decidiu correr um risco calculado, baseado no pressuposto de que as duas últimas safras foram suficientes para capitalizar o agricultor brasileiro. Apostou, também, numa reação psicológica favorável dos produtores, diante de preços básicos que, com a exceção do feijão, foram fixados em níveis superiores aos dos preços médios de mercado que vigoraram no início da comercialização da safra 1980/81 e de reajustes dos VBC's em percentuais compatíveis com a taxa de inflação dos últimos doze meses. Apesar disto, a safra 1981/82 traz consigo o risco de que uma nova expansão significativa da oferta agrícola acabe arrastando os preços a níveis muito próximos, ou mesmo inferiores, às despesas de produção efetuadas pelo produtor. Para evitar que isto aconteça, cabe, ao governo, acompanhar mais de perto a evolução dos preços dos principais insumos agrícolas, nos próximos meses, e assegurar, no início da colheita, um financiamento adequado para a comercialização da safra."

Os preços reais recebidos pelos produtores em 1982, bastante inferiores, via de regra, às médias registradas no período 1973/1979, confirmaram as apreensões do Grupo de Informação Agrícola (ver Quadro 1). Vários fatores contribuíram para deprimir o mercado de produtos agrícolas, sendo que a maioria deles decorreu, de forma direta ou indireta, de uma conjuntura econômica mundial negativa, sobre a qual o governo brasileiro não tem controle.

Dentre as causas que provocaram um comportamento pouco satisfatório dos preços agrícolas durante este ano, destacam-se:

1) A fase recessiva que atravessa a economia brasileira, cujos efeitos se fazem sentir, igualmente, sobre a demanda de alimentos.

2) As altas taxas de juros no mercado interno, que tornam onerosa a constituição de estoques por parte de industriais e comerciantes.

3) As safras relativamente boas, pelo terceiro ano consecutivo, fator que gerou uma expectativa de certa estabilidade dos preços, contribuindo, também, para inibir a formação de estoques.

4) As cotações baixas do mercado internacional, que ajudam a conter a alta dos preços no mercado interno (o caso mais flagrante é o da soja).

É interessante observar que pelo menos duas dessas causas continuarão presentes no decorrer de 1983: as altas taxas de juros no mercado interno e as cotações relativamente baixas no comércio internacional.

As taxas de juros permanecerão altas em razão das medidas recentes do governo, cujas conseqüências se projetarão sobre o ano de 1983. Com efeito, as últimas iniciativas adotadas pelos responsáveis pela política econômica tendem, sem nenhuma dúvida, a provocar, no curto prazo, uma elevação da taxa de juros no mercado interno. É esse o caso, entre outros, da aceleração da correção monetária, da elevação do montante de crédito que os bancos privados são obrigados a emprestar à agricultura, da adoção do sistema de correção pós-fixada nos empréstimos bancários, das restrições ao lançamento de debêntures e da elevação dos depósitos compulsórios mantidos pela rede bancária junto ao Banco Central.

As cotações internacionais de produtos agrícolas, por sua vez, deverão continuar em nível relativamente baixo, embora não se possa excluir a possibilidade de uma pequena recuperação dos preços, em razão das perspectivas de uma nova safra volumosa de grãos nos Estados Unidos, de um dólar que deverá permanecer valorizado em relação a outras moedas e da expansão de práticas protecionistas no comércio mundial.

A situação é agravada pelo fato de que é pouco provável, igualmente, que a economia brasileira volte a crescer a taxas expressivas no próximo ano. No plano interno, o governo fez, com as medidas recentes, uma clara opção em favor do combate à inflação e do equilíbrio das contas externas, em detrimento da expansão econômica. Pelo lado das exportações de produtos manufaturados e semimanufaturados, o estímulo para o crescimento também não deverá ser muito grande. Os países em desenvolvimento, mercado em que as vendas brasileiras se expandiram significativamente nos últimos anos, continuarão com problemas nos balanços de pagamentos, que limitarão sua capacidade de importar. As nações desenvolvidas, por sua vez, enquanto não reestabelecerem um nível de emprego adequado em suas economias, manterão as restrições às importações.

QUADRO 1

BRASIL — Preços Mínimos Reais(*) e Preços Recebidos pelos Agricultores, Segundo as Principais Lavouras — 1970 a 1982 (Cr$/kg)

Produto	Algodão		Arroz		Feijão		Milho		Soja	
Anos	Preço Recebido	Preço Mínimo	Preço Recebido	Preço Mínimo	Preço Recebido	Preço Mínimo	Preço Recebido	Preço Mínimo	Preço Recebido	Preço Mínimo
1970	72,07	60,38	31,92	30,93	71,04	42,93	15,44	14,85	32,95	22,01
1971	82,93	60,58	36,76	28,25	68,40	56,84	16,24	15,08	37,63	24,43
1972	83,32	73,73	40,93	32,42	69,44	54,75	19,74	15,82	37,29	30,17
1973	103,48	72,42	40,00	38,11	154,90	52,09	22,85	19,05	68,57	31,76
1974	118,41	104,55	47,86	36,53	104,10	61,70	25,16	24,68	57,73	29,62
1975	93,10	90,33	62,20	44,00	229,86	62,92	27,43	23,16	47,90	38,60
1976	158,88	82,82	45,40	38,81	162,72	55,75	23,52	21,86	47,57	34,16
1977	117,26	99,63	36,78	38,32	114,00	68,34	18,77	20,31	49,05	30,65
1978	107,47	92,27	43,38	35,92	79,70	63,54	25,68	17,96	44,21	25,83
1979	103,39	79,33	51,50	32,67	87,59	55,20	25,58	16,15	48,37	22,43
1980	99,54	60,33	54,14	28,68	169,73	45,72	27,30	13,82	41,81	23,53
1981	88,17	67,65	38,77	30,75	159,42	64,06	23,06	16,87	34,87	23,49
1982(**)	76,64	69,28	48,25	30,35	80,30	79,64	19,16	18,60	36,71	23,89

FONTE: Centro de Estudos Agrícolas (FGV) e CFP.
(*) Valores de agosto de 1982 — IGP (Col. 2 de Conjuntura Econômica).
(**) Média dos preços recebidos no período de janeiro a agosto de 1982.

QUADRO 2

BRASIL — Regiões Centro Sul e Norte/Nordeste — Valores Básicos de Custeio de Produtos Selecionados — Safra 1982/83

Produto	Faixa de Produtividade (kg/ha)	VBC 1982/83 Cr$/ha	VBC 1981/82 Cr$/ha	Δ %
Algodão Herbáceo	até 1000	67.600	38.100	77,4
	1101 a 1200	79.200	43.800	80,8
	1201 a 1400	96.300	54.300	77,3
	1401 a 1600	109.600	60.900	80,0
	1601 a 1800	124.300	69.300	79,4
	1801 a 2200	137.600	76.200(acima de 2200)	—
	acima de 2000	154.800	—	—
Arroz de sequeiro	até 1000	24.300	12.700	91,3
	1001 a 1300	31.900	16.000	99,4
	1301 a 1600	40.500	20.600	96,6
	acima 1600	49.000	26.100	87,7
Feijão	até 400	16.000	8.700	83,9
	401 a 600	33.700	18.200	85,2
	601 a 800	40.200	20.700	94,2
	801 a 1000	49.600	24.900	99,2
	1001 a 1500	62.700	29.800(acima 1000)	—
	acima 1500	68.000	—	—
Milho	até 900	14.100	7.700	83,1
	901 a 1300	20.100	11.700	71,8
	1301 a 1700	25.800	13.400	92,5
	1701 a 2100	29.700	16.200	83,3
	2101 a 2500	34.300	18.900	81,5
	2501 a 3000	41.000	21.800	88,1
	3001 a 3500	45.000	24.700	82,2
	3501 a 4000	50.800	28.400	78,9
	4001 a 5000	57.900	32.800(acima 5000)	—
	acima de 5000	68.000	—	—
Soja	até 1250	31.700	17.000	86,5
	1251 a 1500	35.000	20.200	73,3
	1501 a 1750	41.200	22.000	87,3
	1751 a 2000	46.900	25.200	86,1
	2001 a 2400	54.100	27.000(acima 2400)	—
	acima de 2400	59.700	—	—

		Irrigação mecânica	Irrigação natural	Irrigação mecânica	Irrigação natural	Faixa de Produtividade 1981/82 até 2800
Arroz irrigado	até 3000	76.400	63.400	40.100	33.400	até 2800
	3001 a 3600	88.800	71.200	47.300	38.200	2801 a 3400
	3601 a 4200	104.300	83.500	56.400	45.200	3401 a 4000
	4201 a 5000	118.000	92.500	64.100	50.100	acima de 4000
	acima de 5000	120.700	95.000			

FONTE: CFP, Minagri.

De maneira geral, portanto, o quadro do mercado de produtos agrícolas, para o ano de 1983, deverá ser muito parecido com o de 1982. A grande maioria dos agricultores, contudo, não recorre a considerações de caráter macroeconômico quando toma decisões relativas ao plantio. Os produtores são influenciados, em geral, por fatores como a rentabilidade na safra anterior, o volume de crédito de custeio que podem obter a taxas favorecidas e os preços mínimos de garantia estabelecidos pelo governo.

QUADRO 3

PARANÁ — Evolução dos Preços dos Principais Insumos — julho de 1981 e Julho de 1982

Produto	Preço em Julho de 1981	Preço em Julho de 1982	Δ %
1. SEMENTES (1 kg)			
Algodão (tratada)	118,00	220,00	86,4
Arroz (fiscalizada)	48,00	86,00	79,2
Feijão (fiscalizada)	218,00	155,00	-28,9
Milho (híbrida)	70,00	145,00	107,1
Soja (fiscalizada)	40,00	75,00	87,5
2. FERTILIZANTES (1 kg)			
2-30-10	38,10	60,00	57,5
4-30-10	38,70	64,00	65,4
Uréia	46,00	57,00	24,0
Sulfato de Amônio	25,00	40,00	60,0
3. DEFENSIVOS			
Trifluralina (1 litro)	650,00	1.060,00	63,1
Metribuzin (1 kg)	4.570,00	8.780,00	92,1
Dimetoato 50 (1 litro)	547,00	890,00	62,7
Folidol 60 (1 litro)	751,00	1.300,00	73,1
Thiodan EC 35 (1 litro)	691,00	1.130,00	63,5
Monocrotofós (1 litro)	1.250,00	1.970,00	57,6
Maneb (1 kg)	378,00	831,00	119,8
Benomil (1 kg)	2.930,00	5.810,00	98,3
4. COMBUSTÍVEIS			
Óleo Diesel	42,00	75,00	78,6
Graxa	241,00	464,00	92,5
5. MÃO-DE-OBRA			
Diarista	409,00	730,00	78,5
Tratorista	10.700,00	23.600,00	120,6
6. MÁQUINAS			
Trator de 65 HP	1.460.000,00	2.920.000,00	100,0
Automotriz de 100 HP	3.975.000,00	8.242.000,00	107,0
7. IMPLEMENTOS			
Arado 3x26 R	155.000,00	293.000,00	89,0
Grade 24x18	102.000,00	276.000,00	170,6
Grade 28x18	152.000,00	286.000,00	88,2
Semeadeira de treze litros	182.000,00	400.000,00	119,8
Plantadeira de três bicos	142.000,00	290.000,00	104,2
Pulverizador de 400 litros	183.000,00	380.000,00	107,7
Cultivador de 7 bicos	52.500,00	102.000,00	94,3
Carreta 4 R 4-5 mil kg	164.000,00	293.000,00	78,7

FONTE: Deral — Secretaria de Agricultura — PR.

A rentabilidade alcançada na safra anterior é importante para os agricultores, porque a renda líquida obtida (diferença entre a renda bruta e o custo variável de produção) determina o montante de recursos de que dispõe o agricultor para cobrir os custos fixos de produção, resgatar dívidas passadas, financiar novos investimentos, custear uma parcela da safra futura e garantir o sustento de sua família, até a próxima colheita. Quanto menor a renda líquida, maior a dependência do agricultor com relação ao sistema bancário, no tocante ao prosseguimento da sua atividade.

Estudos elaborados por entidades de classe e por órgãos do governo mostram, de forma inequívoca, que, com raras exceções, houve redução, em termos reais, da renda líquida obtida pelos agricultores durante este ano, em comparação com os resultados da safra 1980/81. Tudo indica, portanto, que um dos pressupostos em que se baseia o governo para introduzir modificações em sua política agrícola, qual seja o de que os agricultores se acham capitalizados, graças aos bons rendimentos físicos alcançados nas últimas três safras, necessita de reavaliação.

Para a safra 1981/82, os valores básicos de custeio (VBC's) que determinam o volume de crédito de custeio a taxas favorecidas que os agricultores podem obter, foram reajustados, via de regra, em percentuais um pouco superiores ao da inflação registrada nos doze meses anteriores. Para a próxima safra, contudo, o reajuste médio dos VBC's foi de 84%, para uma alta dos preços que, em junho passado, mês em que foram aprovados os novos valores pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) havia alcançado, em base anual, o nível de 97,6% (ver Quadro 2). É muito provável, no entanto, que os custos de produção dos agricultores, ao contrário do ocorrido na safra passada, tenham crescido menos do que a elevação média dos preços na economia, sobretudo quando se considera a forte retração verificada, desde então, na demanda de alguns insumos importantes, como fertilizantes e defensivos, ou na procura por máquinas e equipamentos necessários à produção. Mesmo assim, verifica-se que, de uma lista de 31 produtos, levantada pelo Departamento de Economia Rural (Deral) da Secretaria de Agricultura do Paraná, apenas 14 tiveram aumentos percentuais de preços inferiores aos 84% de reajuste dos VBC's, no período agosto de 1981/julho de 1982 (ver Quadro 3). Para grandes e médios produtores, no entanto, pode-se afirmar, com certeza, que a situação é mais desfavorável, nesta safra, do que na temporada passada, já que, para esses agricultores, ocorreu nova redução da parcela do Valor Básico de Custeio que pode ser financiada à taxa de juros subsidiada (de 60% para 50%, no caso dos grandes, e de 80% para 70%, no tocante aos médios produtores).

Com relação aos preços mínimos de garantia, o governo manteve a sistemática, adotada na safra passada, de fixar preços básicos a serem reajustados, no momento da colheita, com base na variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC). O reajuste dos preços básicos, decidido em agosto passado, foi, na maioria dos casos, de 90% em relação aos valores do ano passado. As exceções foram

QUADRO 4

BRASIL — Preços Básicos e Preços Recebidos pelos Produtores na Comercialização das Safras 1980/81 e 1981/82 e Preços Básicos da Safra 1982/83

Produtos	Preço Básico safra 1981/82 (A)	Preço Recebido safra 1980/81 (B) (**)	(A)/(B)	Preço Básico safra 1982/83 (C)	Preço Recebido safra 1981/82 (D) (**)	(C)/(D)
Algodão (15 kg)	685,00	559,44	1,22	1.330,00	959,55	1,386
Arroz (50 kg*)	1.000,00	764,83	1,31	1.900,00	1.905,35	0,997
Milho (60 kg)	735,00	599,40	1,23	1.392,00	931,40	1,494
Feijão (60 kg)	8.150,00	4.185,00	0,75	5.985,00	3.572,40	1,675
Soja (60 kg)	945,00	885,79	1,07	1.800,00	1.855,00	0,970

(*) Preço recebido pelos produtores do Rio G. do Sul, os demais valores referem-se ao estado do Paraná.
(**) Média simples dos três meses em que se concentra a comercialização, em nível de produtor: algodão - mar/mai; arroz - mar/mai; milho - mar/mai; feijão - fev/abril; soja - abril/jun.
FONTE: CFP e Centro de Estudos Agrícolas da FGV.

os cultivos de algodão e de amendoim, cujos preços básicos foram aumentados em cerca de 94%. É interessante verificar que esses percentuais são inferiores à taxa de inflação do período, que alcançou 66%. Apesar disso, os preços básicos fixados superam, em alguns casos, as cotações atualmente em vigor no mercado. Isso ocorre por causa da relativa estagnação dos mercados agrícolas, para a qual contribuíram não apenas a expansão da oferta mas, também, a maior parcimônia do governo com relação à liberação de recursos para o financiamento da comercialização e a persistência de taxas de juros elevadas. O Quadro 4 mostra que, com relação a esse indicador, houve, igualmente, deterioração em relação à safra passada.

No que se refere à situação dos mercados agrícolas, as perspectivas para 1983, portanto, não são muito favoráveis, tanto no que diz respeito às características globais da economia, quanto no que concerne aos indicadores de política agrícola. A incerteza com relação ao comportamento dos preços na próxima safra é agravada, ainda, pela existência de grandes estoques de produtos agrícolas sob controle de órgãos do governo. Embora, até aqui, os responsáveis pela política econômica tenham utilizado esses estoques, como instrumento de combate à inflação, de forma parcimoniosa, o registro de experiências passadas mostra que é difícil, para o governo, resistir à tentação de conter a alta dos preços mediante a venda de produtos agrícolas a preços subsidiados. Por isso mesmo, o produtor, no caso de produtos de que o governo dispõe de grandes estoques, deve adotar, como referência para o plantio, o preço mínimo de garantia.

Apesar de um quadro pouco favorável, não se deve esperar forte retração na área de plantio das principais lavouras para a safra 1982/83, como mostram os comentários das próximas páginas. De certa forma, os agricultores continuarão plantando, premidos pelo endividamento acumulado em temporadas passadas e estimulados pelo fato de que, na maioria dos casos, a receita monetária a ser obtida continuará superando o custo variável de produção. Com efeito, em época de crise, o importante é manter a liquidez monetária, ainda que com o ônus do endividamento crescente ou com o prejuízo do desgaste do capital fixo.

ALGODÃO

ESTIMA-SE, ATUALMENTE, QUE O CONSUMO BRASILEIRO DE ALGODÃO EM PLUMA, EM 1983, SUPERARÁ O VERIFICADO EM 1982 (CERCA DE 570 MIL t). NO ENTANTO, DEVIDO ÀS BOAS PERSPECTIVAS DA SAFRA 1982/83, TUDO INDICA QUE OS COTONICULTORES NÃO OBTERÃO PREÇOS ELEVADOS PELO PRODUTO. ASSIM, É POSSÍVEL QUE PROSSIGA O EMPENHO GOVERNAMENTAL EM MANTER O PAÍS ENTRE OS EXPORTADORES MUNDIAIS DE ALGODÃO EM PLUMA.

Desde meados do ano passado, o mercado de algodão vem sendo caracterizado por uma relativa estabilidade, refletindo a situação folgada no suprimento interno e a regularidade das compras da indústria, após a superação da fase crítica por que passou o setor no primeiro semestre de 1981. Tendo em vista que cerca de 35% das vendas totais de têxteis no mercado interno ocorrem nos três últimos meses do ano, a indústria habitualmente inicia suas compras de tecidos para as novas coleções de primavera-verão no começo do segundo semestre, reaquecendo, desta forma, o mercado. O último trimestre de 1981 e o primeiro trimestre do ano corrente foram marcados também por exportações crescentes, numa tentativa dos exportadores de se beneficiarem ao máximo do crédito-prêmio, visto que está programada a sua redução paulatina, até a total extinção, prevista para março de 1983.

As exportações de têxteis em 1981, que deveriam ter rendido ao país uma receita em torno de US$ 1 bilhão, mantiveram-se no mesmo patamar do ano anterior. Ao que tudo indica, também em 1982 não deverão ultrapassar este nível (ver Quadro 1) pois as vendas efetuadas no primeiro semestre acusaram uma queda de 8,09% em valor e não há indícios de que as exportações possam recuperar-se durante os últimos meses do ano. Deve-se destacar que a redução na receita das vendas externas foi causada pela queda nos preços dos têxteis e não nas quantidades colocadas no mercado internacional (ver Gráfico 1).

Os preços dos produtos têxteis vêm caindo desde meados de 1981, conseqüência direta da acirrada competição que se vem desenvolvendo no mercado, a qual, por sua vez, é reflexo das medidas protecionistas tomadas por parte dos principais países importadores — principalmente os EUA e a Comunidade Econômica Européia — e da crise econômica que estão atravessando os países do Terceiro Mundo. As negociações bilaterais, no âmbito do Acordo Multifibras, entre a CEE e os principais fornecedores (Formosa, Coréia do Sul e Hong Kong) têm sido marcadas, até o momento pela dificuldade de diálogo entre os países envolvidos. A Comunidade vem, inclusive, ameaçando retirar-se do Acordo, caso os países exportadores não aceitem suas imposições quanto ao crescimento das quotas. Assim, os produtores mais competitivos, que estão tendo suas vendas ameaçadas pelas medidas protecionistas dos países importadores, acabam buscando mercados alternativos, com o objetivo de manter o nível de suas exportações. Além disso, os primeiros meses de 1982 foram difíceis para os demais consumidores da produção brasileira — Polônia, Chile, Argentina, Paraguai e Nigéria, principalmente — às voltas com uma crise econômica

QUADRO 1

BRASIL — Exportações de Produtos Têxteis Selecionados — Primeiro Semestre de 1981 e de 1982 — US$ 1.000,00 e Toneladas

Produtos	1981			1982			Variação 1982/81 (%)		
	US$ 1.000 FOB	Tonelada	US$/t	US$ 1.000 FOB	Tonelada	US$/t	Valor	Volume	P.M.
Fios de algodão	73.545,00	25.931	2.836,20	85.862,00	35.378	2.427,00	16,75	36,43	-14,43
Fios de fibras têxteis, sintéticas e artificiais	27.839,00	6.646	4.188,80	18.896,00	5.782	3.268,10	-32,12	-13,00	-22,00
Fios de seda não acondicionada	13.773,00	432	31.881,94	13.785,00	474	29.082,28	0,09	9,72	-8,8
Tecidos de algodão	46.185,00	10.703	4.325,10	47.368,00	13.412	3.531,80	2,56	25,31	18,15
Tecidos de fibras artificiais e sintéticas	20.152,00	2.395	8.414,20	15.361,00	2.567	5.984,03	-23,77	7,18	-28,90
Tecidos e artigos de malharia	27.285,00	1.533	17.798,40	24.676,00	1.800	13.708,90	-9,56	-17,42	-23,00
Vestuário e seus acessórios de tecidos	24.381,00	2.297	10.614,30	16.546,00	1.604	10.315,50	-32,14	-30,17	2,80
Roupas de cama, mesa e semelhantes	44.689,00	5.496	8.131,20	32.925,00	4.750	6.931,60	-26,32	-13,57	14,75
TOTAL	277.849,00	—	—	255.419,00	—	—	-8,07	—	—

FONTE: CACEX.

ainda maior do que a experimentada em 1981. Vale lembrar, ainda, que a sobrevalorização do cruzeiro e o preço elevado da matéria-prima, o algodão, no mercado interno, contribuíram também, de forma decisiva, para a performance nada favorável das vendas de têxteis na primeira metade do ano.

Nesta conjuntura, não parece muito provável que, no curto e médio prazos, as exportações brasileiras de têxteis consigam expandir-se de forma significativa, devido às restrições quantitativas impostas pelos principais países desenvolvidos e às dificuldades econômicas enfrentadas pelo Terceiro Mundo e pelas economias socialistas. As crescentes barreiras colocadas contra a entrada desses produtos nos mais diversos mercados tornam claro que, para que se consiga exportar um volume adicional a cada ano, será necessária uma atitude bem mais agressiva dos exportadores brasileiros no comércio internacional.

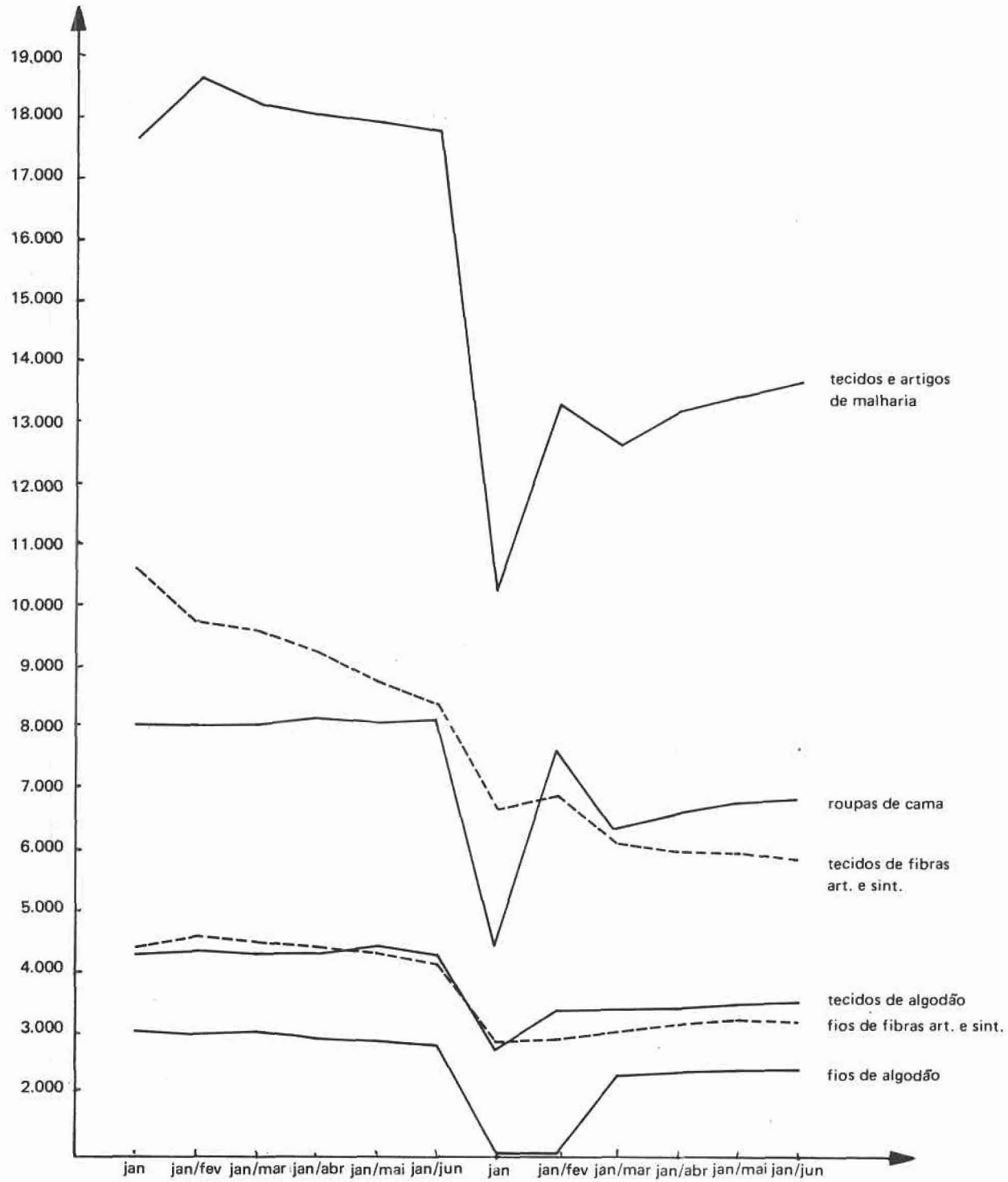
A reativação do mercado vai depender, portanto, da tão esperada recuperação econômica. Caso ela ocorra nos próximos meses, é provável que o consumo de algodão, tanto interna como externamente, experimente uma ligeira recuperação, o que deverá elevar as cotações do produto no mercado internacional, reduzindo, assim, a gravosidade dos têxteis brasileiros frente aos similares dos principais concorrentes internacionais. Deve-se destacar, ainda, que a safra norte-americana 1982/83 declinou de forma drástica, de 15,6 milhões de fardos colhidos na safra 1981/82 para 11 milhões de fardos na próxima safra (ver Quadro 2). Esta redução irá influenciar significativamente a oferta mundial. Neste sentido, o efeito sobre os preços poderia ser maior, caso os estoques mundiais não se encontrassem em patamar tão alto.

Já o mercado interno, experimentou acentuada recuperação a partir do final do ano passado, estimando-se para este ano um consumo de algodão — principal matéria-prima da indústria — no mesmo nível de 1980, entre 570/580 mil t de pluma, o que significa um aumento de 2,7% a 4,5% sobre as 555 mil t consumidas em 1981. O consumo doméstico de têxteis apresentou acentuada melhora no primeiro semestre, devido a uma série de fatores, dentre os quais podem-se destacar:

a) um ligeiro aumento da renda no segmento mais pobre da população;

GRÁFICO 1

BRASIL – Evolução das Médias dos Preços de Exportação dos Principais Produtos Têxteis – Médias de Janeiro, Jan/Fev, Jan/Mar, Jan/Abr, Jan/Mar, Jan/Junho de 1981 e 1982



FONTE: CACEX.

QUADRO 2

ALGODÃO EM PLUMA: Distribuição da Produção Mundial, Segundo os Principais Países Produtores — Safras 1980/81, 1981/82 e 1982/83 (em milhões de fardos de 480 libras)

Países	1980/81	1981/82(1)	Variação Anual	1982/83(2)	Variação Anual
EUA	11,10	15,70	41,44	11,00	-29,94
URSS	14,30	13,00	-9,09	13,75	5,77
China	12,40	13,60	9,68	14,50	6,62
Índia	6,10	6,40	5,00	6,40	—
Paquistão	3,20	3,50	9,40	3,77	7,71
Brasil	2,70	2,80	3,70	3,00	7,14
Turquia	2,20	2,20	—	2,10	-4,55
Egito	2,40	2,30	-4,17	2,00	-13,04
México	1,60	1,40	-12,50	0,95	-32,14
Outros	9,40	10,40	10,64	9,43	-9,33
TOTAL	65,40	71,30	9,02	66,90	-6,17

FONTE: Foreign Agriculture Circular — USDA.
(1) Dados preliminares.
(2) Estimativa.

b) uma certa melhoria no nível de emprego;

c) o crescimento mais lento dos preços dos diversos têxteis, comparativamente à evolução da inflação e de outros preços industriais.

Este aumento no consumo final propiciou às fiações, tecelagens, malharias, confecções e varejistas, uma atividade contínua, a partir do final de 1981, visto que o nível de estoques, em cada um destes subsetores, ao contrário de 1980 e início do ano passado, era praticamente nulo. O alto custo interno do dinheiro, a inexistência de capital próprio e a perspectiva de queda dos preços das diversas matérias-primas, inviabilizavam completamente a manutenção de estoques em qualquer um dos subsetores. O aumento no consumo resultou, desta forma, na aceleração da atividade industrial e na retomada do nível de utilização da capacidade produtiva instalada.

A crise de 1981, porém, deixou marcas profundas, principalmente nas empresas de menor porte, facilitando a absorção das pequenas firmas pelos grupos maiores. Releva mostrar, também, que a formação de conglomerados ou a união de várias empresas em **pools** poderá facilitar, no médio prazo, a atuação do Brasil no mercado internacional, na medida em que estas novas estruturas permitam a existência de um departamento de promoção e comercialização, em nível internacional, dando maior poder de competição ao produto brasileiro. O setor têxtil brasileiro, formado por mais de quatro mil empresas, não apresenta hoje, em sua grande maioria, firmas que tenham departamentos especializados nas vendas externas, uma vez que o baixo volume de negócios com o exterior inviabiliza completamente a sua estruturação. A título ilustrativo, o maior grupo têxtil do país, o Santista, que também é o principal exportador, foi responsável, em 1981, por apenas 3,25% da receita total (US$ 864,8 milhões).

Vale lembrar ainda que as dificuldades encontradas pelo Brasil para penetrar nos mercados externos de confecções e malharia resultam, em parte, do pequeno porte das empresas que formam estes subsetores. Em contrapartida, a atuação mais agressiva do país nas vendas externas de fios e tecidos evidencia a maior concentração setorial, que caracteriza estes dois segmentos.

Com o objetivo de aumentar o seu poder de barganha, as grandes e médias empresas do setor vêm anexando fábricas de menor porte (ao invés de investirem na instalação de novas unidades) de modo a contar com uma linha mais diversificada de produtos.

Isto pode ser explicado, em parte, pelos altos custos de implantação de uma nova unidade, pelas restrições impostas às importações de máquinas e equipamentos e pelo tempo necessário para a maturação do novo investimento. A instalação de novas unidades concentra-se nas regiões abrangidas pela Sudene, tendo em vista que, nestas localidades, o nível de exigência de investimento privado limita-se a 20% do montante necessário, além das facilidades concedidas pelos diversos governos estaduais, visando à atração dos grupos industriais do Centro-Sul para a região Nordeste. Existem, ainda, algumas medidas e incentivos do governo federal, tomadas em épocas de crise, que beneficiam os produtores e as indústrias locais. Este é o caso, por exemplo, da prorrogação do pagamento do crédito de custeio e do EGF, concedida em 1981, e da venda do algodão estocado pela CFP, à paridade internacional, para as indústrias nordestinas.

A indústria do Centro-Sul reivindica há algum tempo medida idêntica por parte do governo, alegando que os níveis de preços do algodão, prevalecentes nos mercados interno e externo, afetaram severamente as exportações de têxteis. O governo, porém, condicionou o pagamento do diferencial do preço do algodão aos industriais à exportação de um adicional correspondente ao algodão adquirido da CFP. As indústrias não aceitaram esta condição, pois consideram difícil exportar o mesmo volume do ano passado, face ao quadro recessivo no mercado internacional.

No caso da indústria nordestina, no entanto, o governo federal aceitou vender o algodão estocado à paridade internacional de preços (**draw back** verde-amarelo) visando à exportação de quantidade equivalente, sem exigir o compromisso de uma expansão das vendas em relação ao ano anterior. A venda efetiva desse algodão teve início no final de junho e deverá prosseguir até fevereiro de 1983. Além de facilitar as exportações dessas empresas, o objetivo precípuo da medida da CFP foi o de tentar escoar ao máximo o estoque de algodão da safra nordestina passada, que se encontra em seu poder. Tal operação deve ser efetivada antes do início da colheita da safra deste ano, tendo em vista que o principal agente comprador da produção deverá ser novamente o governo federal, em função do elevado preço mínimo fixado, Cr$ 4.864,00/arroba de algodão em pluma e da péssima qualidade da fibra das últimas safras dessa região. Desde o início do ano passado, em face da boa safra de algodão colhida na região Centro-Sul, as indústrias nordestinas têm optado por comprar o algodão daquela região, não apenas pela melhor qualidade e seleção do produto mas, também, pelo preço mais competitivo. Assim, é provável que, tanto no corrente ano, como em 1983, as indústrias nordestinas continuem a adquirir a maior parte de sua matéria-prima no Centro-Sul do país, obrigando a CFP a comprar novamente a maior parte do produto colhido no Nordeste.

De forma geral, considerando-se o atual nível dos estoques, a boa safra 1981/82 de algodão meridional e a safra nordestina deste ano, cerca de 148% superior à colhida em 1981 (ver Quadro 3), o suprimento interno deverá continuar extremamente folgado, embora o consumo esperado deva voltar ao nível de 1980. O consumo previsto para 1983 deve ser superior ao do atual exercício — estimado em 570 mil t de algodão em pluma — caso não ocorram modificações radicais na política econômica do governo.

A oferta, porém, deverá experimentar incrementos superiores aos verificados no consumo, o que irá elevar o atual nível de estoques. O aumento na área plantada com algodão na safra 1981/82 e as perspectivas otimistas para a safra 1982/83 na região Centro-Sul, garantem o incremento desse excedente (ver Quadro 4). Se confirmadas essas previsões, acentuar-se-á o aviltamento dos preços recebidos pelos produtores, forçando-os a recorrer de forma crescente aos mecanismos governamentais (EGF e AGF). Visando diminuir este excedente no mercado interno, a CFP elaborou um sistema de exportação do algodão em pluma, baseado na concessão de um suporte financeiro ao exportador, equivalente ao diferencial entre os preços interno e externo. O sistema, que abrange unicamente o algodão meridional, tem seu final previsto para 31 de dezembro, quando termina também a isenção do ICM dada ao produto destinado à exportação. O diferencial pago pelo governo ao exportador tem oscilado entre 30 e 40% do preço do algodão, o que, segundo fontes governamentais, não significa um subsídio e, sim, uma compensação pela sobrevalorização do cruzeiro e o ônus que o país tem que pagar para conseguir novamente penetrar no mercado internacional do pluma. Aliás, é intenção do governo voltar ao mercado externo de algodão, como forma de viabilizar os crescentes aumentos esperados na produção interna. O novo esquema para a exportação, posto em prática em caráter experi-

QUADRO 3

BRASIL – Balanço de Oferta e Demanda de Algodão em Pluma – 1978 a 1982 – 1.000 t

Anos	Estoque Inicial		Produção		Suprimento		Consumo		Excedente		Exportação		Estoque Final[1]	
	1.000 t	Δ% Anual	1.000 t	Δ% Anual	1.000 t	Δ% Anual	1.000 t	Δ% Anual	1.000 t	Δ% Anual	1.000 t	Δ% Anual	1.000 t	Δ% Anual
1978	193,1	–	489,1	–	682,2	–	510,0	–	172,2	–	44,5	–	127,7	–
1979	127,7	-33,8	543,6	11,2	671,3	-1,6	556,0	9,0	115,3	-33,0	0,3	-99,3	115,0	(10,0)
1980	123,5	-3,3	577,4	6,2	700,9	4,4	573,0	3,0	127,9	11,0	12,9	42,0	115,0	–
1981	115,0	-6,9	594,4	3,0	709,4	1,2	555,0	-3,0	154,4	20,7	30,0	132,6	125,7	9,3
1982*	125,7	9,3	651,3	9,6	777,0	9,5	570,0	2,7	207,0	34,0	70,0	133,3	137,0	9,0

FONTE: CFP.
Obs.: O estoque final em 1981 considera importações de 1,6 mil t de algodão em pluma importada naquele ano. Nos demais anos da série não ocorreram importações.
(*) dados projetados.
(1) engloba o estoque de segurança correspondente a dois meses de consumo (570 : 12 = 47,5 x 2 = 95 mil t).

QUADRO 4

BRASIL – Área, Produção e Produtividade do Algodão na Região Centro-Sul – 1980/81 e 1981/82

Estados	1980/81			1981/82		
	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)	Área (ha)	Produção (t)	Produtividade (kg/ha)
Paraná	305.790	581.000	1.900	372.000	688.000	1.850
São Paulo	293.100	552.600	1.885	310.500	471.000	1.517
Minas Gerais	103.000	81.980	796	95.800	71.850	750
Mato Grosso do Sul	47.000	55.970	1.191	41.800	61.655	1.475
Goiás	38.000	71.440	1.880	39.000	63.180	1.620
Mato Grosso	6.600	4.000	606	4.900	5.032	1.027
TOTAL	793.490	1.346.990	–	864.000	1.360.717	–

FONTE: Deral, IEA e CFP.

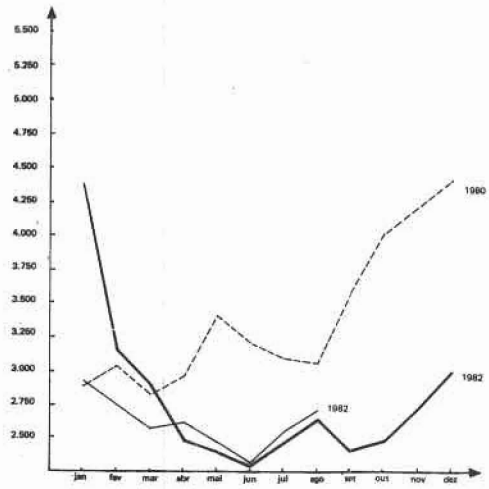
mental, mostrou ser extremamente vantajoso, em função da concorrência obrigatória entre os exportadores.

As notícias sobre uma possível exportação do algodão em pluma e o início das licitações para as vendas externas, tiveram efeito imediato sobre os preços no mercado doméstico. O mercado, até então estável, elevou-se a um novo patamar, retornando, em seguida, à calma (ver Gráfico 2). Este aumento de preço, entretanto, não trouxe nenhum benefício aos cotonicultores, visto que a comercialização do algodão, em nível de produtor, já está praticamente encerrada desde junho.

A área de plantio com a malvácea para a safra 1982/83, na região Centro-Sul, deverá experimentar novamente um ligeiro acréscimo. O estado do Paraná, principal produtor da região, deverá, na próxima safra, expandir mais uma vez sua área ocupada com a

GRÁFICO 2

ALGODÃO: Preços Reais do Algodão em Pluma na Bolsa de Mercadorias de São Paulo — Médias Mensais Primeiro Futuro — 1980, 1981 e 1982



FONTE DOS DADOS BRUTOS: BMSP e Conjuntura Econômica.
Obs.: Cr$ de dez/1981 — IGP (Col. 2).

cotonicultura, desta feita em cerca de 8%. A expansão da safra 1981/82 (de 305 mil ha para 370 mil) teve como principais causas a liberação de cerca de 115 mil ha anteriormente ocupados com cafezais e os elevados rendimentos conseguidos com a lavoura do algodão na safra 1980/81. Além disso, tanto o VBC como o preço básico fixados para a safra 1981/82 foram relativamente superiores aos das principais culturas concorrentes. Neste contexto, até mesmo a área plantada em São Paulo experimentou uma expansão, contrariando as estimativas iniciais, que previam uma redução. Ao contrário do Paraná, porém, a próxima safra de verão de São Paulo deverá registrar redução da área ocupada com a cotonicultura, tendo em vista a acentuada queda verificada nos rendimentos na safra 1981/82. As adversidades climáticas que afetaram o algodão, na época de plantio e no período de germinação, tiveram efeito extremamente negativo sobre a produtividade da lavoura paulista, reduzindo os ganhos auferidos pelos produtores. A percentagem de queda, porém, poderá ser menor do que a prevista inicialmente, em face dos novos VBCs e do preço básico fixados para o algodão, considerados mais vantajosos do que os fixados para as demais lavouras — em especial para o milho e a soja, principais concorrentes da cotonicultura (ver Quadro 5 e Gráfico 3).

Nos demais estados produtores, a área plantada deverá permanecer estável, devido à inexistência de culturas alternativas mais rentáveis, apesar do nível baixo dos preços recebidos pelos produtores dessas regiões, na última safra, bem inferiores aos pagos aos lavradores de São Paulo e Paraná. Naqueles estados contribuiu, também, para a estabilidade de área, o reflexo, na intenção de plantio dos produtores, dos novos VBC's e do preço básico.

A safra nordestina de 1982 — cujo pico da colheita deverá ocorrer no próximo mês — deverá apresentar aumento de cerca de 148%. Os rendimentos físicos do algodão herbáceo deverão, já nesta safra, apresentar uma expansão, tendo em vista a utilização de sementes do tipo IAC-17, cuja adaptação às condições da região parece ter sido boa (ver Quadro 6). A inexistência, porém, de uma estrutura, em nível regional, que possa atender à demanda de sementes selecionadas do algodoeiro herbáceo, acrescida da falta de pesquisa no que se refere à busca de sementes mais produtivas, sem uma maior assistência técnica ao produtor, para difusão de práticas de cultivo mais modernas, pouco influirá na rentabilidade da cultura. A obtenção de maior produtividade — e a conseqüente queda nos custos de produção — é a única forma de viabilizar a continuidade da lavoura na região, tendo em vista as perdas crescentes, em termos de quantidade e qualidade, causadas pelo atual sistema de produção.

GRÁFICO 3

REGIÃO CENTRO-SUL: Evolução dos Preços Mínimos Reais da Lavoura do Algodão — Safras 1971/72 a 1982/83



FONTE DOS DADOS BRUTOS: CFP e Conjuntura Econômica — FGV.
Obs.: Valores corrigidos pelo IGP (col. 2) até jul/83; daí em diante valores estimados com base no INPC acumulado de ago-jan/83 de 37,88.

QUADRO 5

PARANÁ – Estimativa da Renda Líquida, Considerando apenas os Custos Variáveis, para Três das Principais Culturas de Verão – Safras 1981/82 e 1982/83

Produto	Safra	Produtividade[1] média considerada para efeito de cálculo	Preço Mínimo[2] (Cr$/unid)	Renda Bruta Mínima (3) = (1)x(2) (Cr$/ha)	VBC[4] (Cr$/ha)	Custo Variável[5] (Cr$/ha)	Resultado Econômico I (3)-(4)/(4) (%)	Resultado Econômico II (3)-(5)/(5) (%)	VBC/CV	Outros Indicadores PM/C. Prod. Total	PM 82/83/ PM 81/82
Algodão	1981/82	1.900	958,05	121.353,03	76.200,00	98.196,11	59,26	23,58	0,776	0,976	1,914
	1982/83	1.900	1.833,80	232.281,40	137.600,00	140.019,54	68,81	65,89	0,982	1,340	1,914 14
Milho	1981/82	2.350	1.028,40	40.279,03	18.900,00	33.361,82	113,12	20,73	0,566	0,908	1,866
	1982/83	2.350	1.919,30	75.172,58	34.300,00	63.066,82	119,16	19,20	0,544	0,994	1,866
Soja	1981/82	2.000	1.321,80	44.059,95	25.200,00	37.416,71	74,84	17,75	0,674	0,754	1,878
	1982/83	2.000	2.481,84	82.727,92	46.900,00	59.721,11	76,39	38,52	0,785	0,882	1,878

FONTE DOS DADOS BRUTOS: DERAL e CFP.
Preços Mínimos: Algodão – Cr$/@ ; Milho – Cr$/60 kg; Soja – Cr$/60 kg.
Obs.: Preço mínimo safra 1982/83 = Preço básico reajustado pelo INPC projetado (37,88%) no período ago-jan/83. Os custos variáveis foram calculados pelo Deral (Departamento de Economia Rural da Secretaria de Agricultura do Paraná).

Diante do exposto, a produção brasileira de algodão, em 1983, deverá experimentar um considerável aumento, elevando o excedente exportável e mantendo os preços muito próximos dos valores mínimos garantidos pelo governo. Estes, por sua vez, deverão representar, para o produtor, uma receita líquida por hectare superior à da safra 1981/82, caso as condições climáticas sejam favoráveis.

A dinâmica do mercado algodoeiro, no próximo ano, irá depender ainda de: 1) eficácia do sistema de exportação do algodão em pluma nestes últimos meses de 1982; 2) de uma nova política de incentivo às exportações, em substituição ao mecanismo do crédito-prêmio; 3) de uma política cambial que mantenha a paridade cruzeiro/dólar nos níveis reais, de modo a elevar a competitividade dos têxteis brasileiros no mercado internacional, hoje responsável pela absorção de cerca de 30% da produção brasileira.

QUADRO 6

BRASIL – Área, Produção e Produtividade do Algodão Herbáceo (Caroço) na Região Nordeste – 1980 a 1982

Estados	1980 Área (ha)	1980 Produção (t)	1980 Produtividade (kg/ha)	1981 Área (ha)	1981 Produção (t)	1981 Produtividade (kg/ha)	1982* Área (t)	1982* Produção (t)	1982* Produtividade (kg/ha)
Paraíba	171.528	39.144	228	202.408	25.438	126	216.377	129.030	596
Rio G. do Norte	158.340	16.464	104	110.505	17.117	155	194.225	70.223	362
Bahia	74.870	65.886	880	79.830	70.570	884	72.000	48.168	669
Alagoas	62.161	18.400	296	61.701	17.921	290	91.398	28.850	316
Ceará	54.000	10.530	195	55.000	12.375	225	139.785	78.280	560
Pernambuco	35.630	6.700	188	32.917	6.268	190	40.000	10.800	270
Sergipe	9.809	1.815	185	19.724	2.544	129	42.136	10.323	245
Maranhão	741	494	667	3.260	736	226	1.105	273	247
Piauí	–	–	–	–	–	–	12.166	5.492	451
TOTAL	567.079	159.433	–	565.345	152.969	–	809.192	381.439	–

FONTE: Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – IBGE.
(*) estimativa – a área refere-se à área plantada, nos demais anos, os valores são da área colhida.

ARROZ

A MARCANTE PRESENÇA DO GOVERNO FEDERAL NO MERCADO DO ARROZ TEM GARANTIDO UMA OFERTA REGULAR DO PRODUTO AOS CONSUMIDORES. NAS ÚLTIMAS SAFRAS, NÃO FOI NECESSÁRIO TABELAR OS PREÇOS DO CEREAL, BASTANDO A UTILIZAÇÃO DOS ESTOQUES OFICIAIS. É PRECISO OBSERVAR, PORÉM, QUE A RENTABILIDADE DAS LAVOURAS É A CONDIÇÃO PRIMORDIAL, PARA A PERSISTÊNCIA DE UMA OFERTA ADEQUADA E, ATÉ MESMO, PARA QUE ESTES ESTOQUES CONTINUEM EXISTINDO.

As expectativas de que o mercado do arroz, do ponto de vista do abastecimento doméstico, viveria, em 1982, mais um período de tranqüilidade, parecem ter-se concretizado. Afinal, mesmo com a redução do plantio do cereal na maior parte dos estados produtores (ver Quadro 1) os ganhos obtidos na produtividade permitirão que se colha uma safra cerca de 12% superior à anterior, segundo a CFP e 19%, de acordo com a FIBGE. Registre-se que a oferta da safra 1981/82 ainda se viu reduzida, em razão de problemas climáticos, nos estados do Centro-Oeste, no Paraná e em Santa Catarina.

As razões para a diminuição do interesse pelo cultivo do cereal, verificada em 1981, fundamentaram-se em um mercado fraco, que exigiu a presença do governo federal, para a garantia de um nível mínimo de remuneração, em diversas regiões. Tal situação, de fato, provinha do período anterior (1979/80) uma vez que a safra do ano passado frustrou-se, sendo estimada pela FIBGE, atualmente, em 8,25 milhões de toneladas. Ocorre que os estoques governamentais foram suficientes para manter o mercado sob controle praticamente ao longo de todo o ano de 1981.

De acordo com o Gráfico 1, pode-se observar que a média dos preços recebidos pelos orizicultores dos três estados do Centro-Oeste (responsáveis por 27% da oferta desta safra) evoluiu abaixo da elevação mensal do Índice Geral de Preços, até os últimos meses do ano. A distribuição parcimoniosa dos estoques em mãos do governo federal permitiu que, durante os primeiros meses de 1982, o comportamento destes preços passasse a superar a taxa de inflação do período, até a entrada da safra.

Cabe observar, porém, que o processo em questão não se manifestou de maneira uniforme. Isto porque há uma segmentação na orizicultura brasileira, na qual um setor altamente capitalizado, que construiu, ao longo dos anos, uma infra-estrutura sólida, convive com um outro, de risco elevado e menores recursos. Na verdade, dentro da produção orizícola, existem mais de duas modalidades de produtores, pois nem todo o plantio de sequeiro é rudimentar e há mais de um sistema de produção de arroz irrigado, mecânica ou naturalmente.

Pode-se destacar como exemplo da diferenciação, a orizicultura gaúcha. Naquele estado, a evolução dos preços recebidos pelos produtores superou amplamente a do IGP, desde dezembro de 1981. Verifica-se, porém, um menor ímpeto ascensional, quando do início da entrada da safra 1981/82. Além da certeza de uma futura grande oferta, outros fatores viriam contribuir para o desaquecimento dos preços. Com efeito, o governo federal autorizou a im-

QUADRO 1

BRASIL e Estados Selecionados — Evolução da Área Plantada, da Produção e da Produtividade da Orizicultura — Safras 1980/81 e 1981/82

Estados	Área (1.000 ha)			Produção (1.000 t)			Produtividade (kg/ha)		
	1980/81	1981/82	Δ%	1980/81	1981/82	Δ%	1980/81	1981/82	Δ%
Rio Grande do Sul	638	613	-4	2.520	2.513,3	-0,3	3.950	4.100	3,8
Maranhão	1.086	1.174	8	722	1.585,0	119,0	675	1.350	100,0
Goiás	1.327	1.140	-14	995	1.368,0	37,0	750	1.200	60,0
Mato Grosso	910	778	-15	1.065	972,9	-9,0	1.170	1.250	6,8
Minas Gerais	654	565	-14	752	747,0	-0,7	1.150	1.322	14,9
São Paulo	331	309	-7	431	463,0	7,0	1.300	1.500	15,0
Santa Catarina	154	146	-5	412	365,0	-11,0	2.800	2.500	-11,0
Paraná	275	307	12	495	331,6	-33,0	1.800	1.080	-60,0
Mato Grosso do Sul	416	318	-24	478	318,0	-33,0	1.150	1.000	-13,0
Piauí	214	239	12	88	239,0	171,6	411	1.000	143,0
BRASIL	6.626	6.135	-7	8.638	9.681,3	12,0	1.304	1.578	21,0

FONTE: Comissão de Financiamento da Produção.

portação de produto uruguaio e argentino e vendeu parte de seus estoques, o mesmo fazendo o Instituto Rio-Grandense do Arroz. Como resultado, os preços atualmente praticados nos mercados atacadistas do Rio de Janeiro e de São Paulo (ao redor de Cr$. . . 2.100,00/60 kg) vêm inviabilizando as vendas do produto gaúcho.

Ao que parece, a preocupação com os preços pagos pelos consumidores, no varejo dos principais centros urbanos, teria influído nas decisões governamentais e procurou-se — com êxito — impedir que apresentassem altas indesejáveis. O Quadro 2 apresenta o comportamento dos preços do cereal no varejo de algumas capitais, mostrando que apenas em Curitiba (agulha) e São Paulo (amarelão) superaram a inflação, entre janeiro e julho, medida pelo IGP.

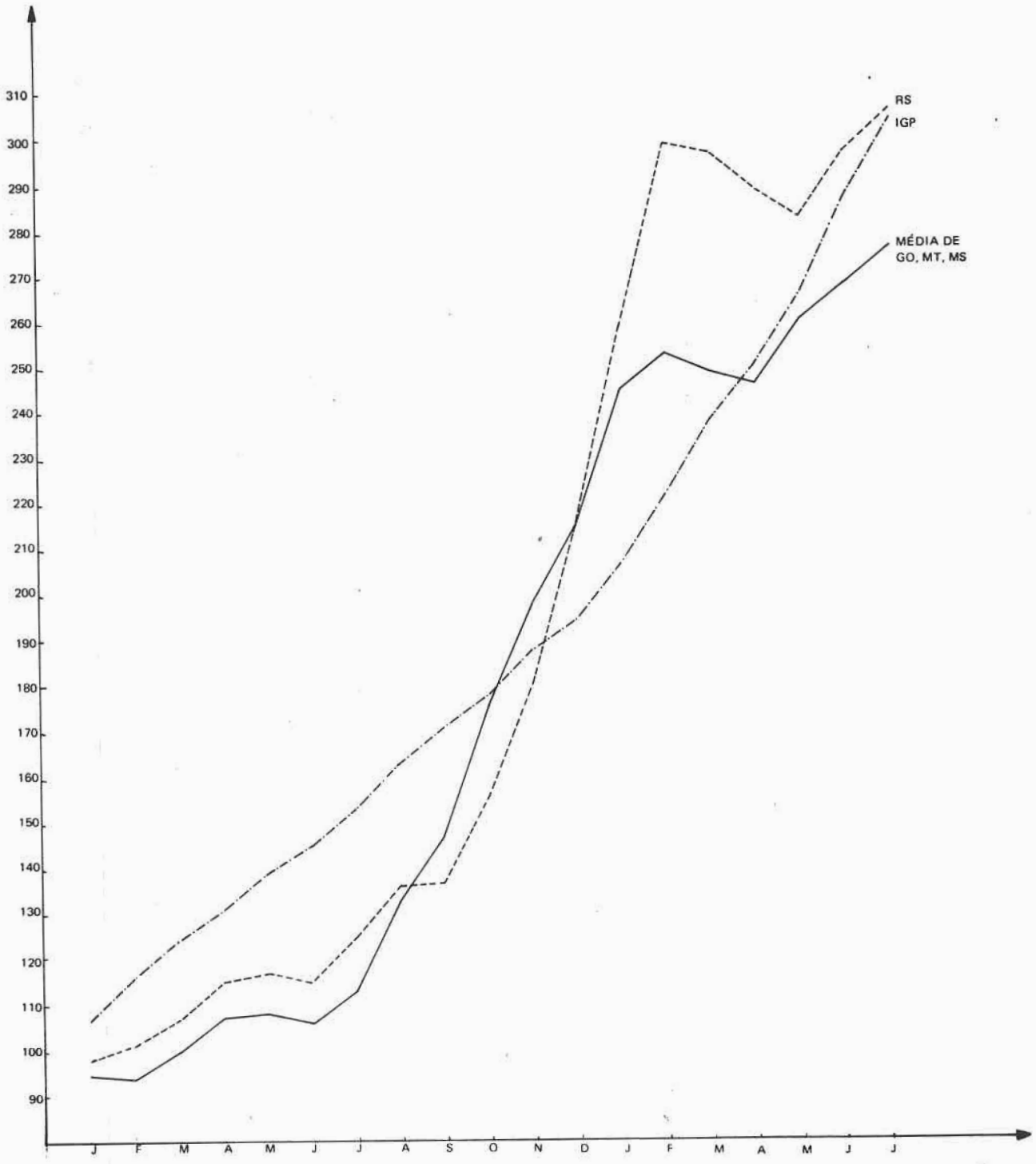
Assim, a chave para a obtenção de ganhos razoáveis com o cultivo do arroz neste período, seria a consecução de elevados índices de produtividade. Para isto, a região mais bem aparelhada e que, por conseguinte, registrou o melhor desempenho, foi o Rio Grande do Sul. A produtividade média estadual da orizicultura foi de 3.950 quilogramas por hectare, na safra 1980/81 e a CFP calcula que tenha alcançado 4.100 kg/ha na atual safra (fontes estaduais avaliam-na em 4.400 kg/ha).

Não só o clima contribuiu para esta melhoria. A introdução das sementes BR/IRGA-409 e BR/IRGA-410 influiu sobremaneira para este resultado pois, embora não tenham registrado os mesmos altíssimos índices de produtividade dos ensaios, o IRGA estima que boa parte das lavouras que as utilizaram tenha apresentado um rendimento médio de 6.700 kg/ha. Deste modo, já é possível imaginar uma participação ainda maior destes cultivares no próximo plantio, havendo suposições de que 60% da área plantada da safra 1982/83 receberão suas sementes (na safra 1981/82, sua área plantada atingiu 30% da área total de arroz no estado).

Simultaneamente ao avanço dos dois novos cultivares gaúchos, verifica-se uma redução no cultivo da variedade Bluebelle, antigo carro-chefe da orizicultura daquele estado, que passou de 85% do plantio, em 1980/81, para 60%, em 1981/82. Estima-se que sua participação no plantio de 1982/83 fique em torno de 40%. Há, no entanto, por parte de técnicos do setor agrícola estadual, um certo temor quanto às próximas safras do estado, no que diz respeito ao emprego de sementes certificadas. Isto porque a Circular 706, de 23 de junho de 1982,

GRÁFICO 1

ARROZ EM CASCA — Índices de Evolução dos Preços Médios Recebidos pelos Orizicultores do Rio Grande do Sul e do IGP — Dezembro de 1980 a Julho de 1982 (dez/80 = 100)



FONTE: CIMAG, Conjuntura Econômica.

QUADRO 2

ARROZ: Preços no Varejo de Cidades Selecionadas, das Variedades Agulha e Amarelão — 1982 — Cr$/5 kg

	AGULHA				
	São Paulo	Rio de Janeiro	Porto Alegre	Curitiba	Recife
Janeiro	434,06	461,28	410,00	395,40	488,58
Fevereiro	460,19	445,19	502,46	—	540,67
Março	459,75	449,59	550,00	598,67	601,78
Abril	465,04	449,41	617,28	633,17	628,90
Maio	485,23	506,85	—	634,11	634,41
Junho	547,14	576,96	580,78	616,39	651,10
Julho	586,00	615,00	495,00	624,50	652,33
Julho/Janeiro	1,35	1,33	1,21	1,58	1,33

	AMARELÃO				
	São Paulo	Rio de Janeiro	Belo Horizonte	Curitiba	Recife
Janeiro	345,83	431,36	433,56	479,35	563,35
Fevereiro	458,41	432,94	471,13	515,87	592,60
Março.	449,92	443,12	503,40	592,47	641,67
Abril	443,91	440,55	513,75	618,54	674,00
Maio	470,85	488,29	525,83	614,79	682,07
Junho	527,42	519,07	628,84	594,32	698,79
Julho	529,00	518,00	645,25	610,00	696,00
Julho/Janeiro	1,53	1,20	1,49	1,27	1,23

FONTE: CIMAG.

ao liberar "o emprego de sementes melhoradas (fiscalizadas ou certificadas) quando o cliente tiver sementes próprias ou preferir adquirir outras, cuja procedência lhe mereça confiança", poderá criar alguns problemas. Com efeito, a homogeneidade varietal da orizicultura sempre foi um objetivo dos órgãos de pesquisa locais e estava quase sendo alcançada, a despeito de não se ter conseguido eliminar totalmente plantas invasoras, como o arroz vermelho, por exemplo. É possível, contudo, que a pequena economia que poderia ser feita com a troca das sementes por grãos comuns, no plantio (diferença de apenas 1,7% no custo de produção de um hectare) não compense o risco em que incorrerá o produtor.

Não só no nível do agricultor e do produtor de sementes (há mais de 150 produtores de sementes registrados no estado) poderá haver problemas, pois as três variedades citadas anteriormente (BR/IRGA-409 e 410 e Blue Belle) possuem tempos de cocção diferentes e, caso venham a ser misturadas, resultarão num produto que desagradará aos consumidores. Uma conseqüência possível desta mistura seria, portanto, uma maior competição das variedades dos estados centrais, nos mercados do Rio de Janeiro e de São Paulo, recentemente conquistados pelo produto do Sul, de melhor qualidade.

Ao que tudo indica, porém, os estados centrais deverão reduzir novamente suas áreas de plantio, na próxima safra, o que poderá não ocorrer no Rio Grande do Sul. Afinal, além de uma boa produtividade, os orizicultores gaúchos tiveram sua remuneração garantida pelas compras do IRGA, que compôs seus estoques mediante o pagamento do preço mínimo acrescido de um ágio, que chegou a 20%, no fim das compras.

Também os instrumentos de política agrícola recentemente divulgados para a próxima safra tiveram

boa acolhida no estado, a começar pelos novos Valores Básicos de Custeio (ver Quadro 3). O IRGA havia sugerido a fixação de um VBC de Cr$. . . 126.867,00 para as lavouras de maior produtividade do arroz irrigado mecanicamente e de Cr$105.129,00, para as lavouras irrigadas naturalmente. As faixas de produtividade mais elevadas destas duas modalidades de cultivo, no VBC oficial, estão próximas do solicitado. No caso das culturas de irrigação mecânica, o VBC oficial, de Cr$ 120.700,00 para a faixa acima de 5.000 kg/ha, situa-se apenas 5% abaixo da proposta do Instituto. A diferença, no caso da faixa de produtividade de 4.201 a 5.000 kg/ha é de 7%. Quanto às lavouras de irrigação natural, a faixa mais elevada do VBC oficial ficou cerca de 10% abaixo dos cálculos do IRGA.

O novo preço básico, de Cr$ 1.900,00/50 kg, também encontrou boa receptividade. Situado próximo dos preços do mercado, será corrigido pelo INPC até o mês de janeiro próximo, num percentual que

QUADRO 3

ARROZ EM CASCA: Valores Básicos de Custeio Fixados para a Safra 1982/83

Regiões Centro-Sul e Norte

ARROZ DE SEQUEIRO

Faixas	Valores		
	Lavouras de toco	Região da SUDAM	Demais regiões
até 1.000	17.700	24.500	24.300
1.001 a 1.300	23.600	34.500	31.900
1.301 a 1.600	27.000	44.100	40.500
acima de 1.600	28.600	53.900	49.000

ARROZ IRRIGADO

Faixas	Valores	
	Irrigação mecânica	Irrigação natural
até 3.000	76.400	63.400
3.001 a 3.600	88.800	71.200
3.601 a 4.200	104.300	83.500
4.201 a 5.000	118.000	92.300
acima de 5.000	120.700	95.000

Estados do Maranhão, Piauí e Bahia

ARROZ IRRIGADO

Faixas	Valores
até 2.000	55.400
2.001 a 3.000	64.100
3.001 a 4.000	76.200
acima de 4.000	94.200

FONTE: Banco Central.

pode ser estimado entre 45% e 50%. Como o produto gaúcho beneficia-se de um ágio, por pertencer principalmente ao tipo 2, o futuro preço mínimo poderá alcançar, no Rio Grande do Sul, em fevereiro, algo em torno de Cr$ 3.200,00/50 kg.

Ainda não se pode prever com exatidão o nível dos custos de produção do arroz no próximo plantio. Contudo, recente reavaliação do IRGA para os custos da safra passada, atribuiu um valor de Cr$ 1.492,00 para as lavouras cuja produtividade tenha alcançado os 4.500 kg/ha.

Nas demais regiões produtoras, no entanto, o panorama é um pouco diferente. Fatores de mercado, como os preços baixos, que fizeram da CFP o grande comprador da safra; fatores econômicos, como os escassos recursos para investimento e os altos preços dos insumos e, outros, como a escassez de novas terras para o plantio (caso do Paraná) pesaram e continuarão pesando.

No Maranhão, que recuperou, na safra 1981/82, o posto de segundo produtor de arroz do país, com uma produção estimada em 1,585 milhão de toneladas, segundo a CFP (a estimativa de julho da FIBGE é semelhante: 1,576 milhão de t) o próximo plantio está ainda bastante indefinido. A colheita encerrou-se há pouco, numa área plantada de 1,174 milhão de hectares, de acordo com a CFP. Esperavam-se perdas mais elevadas do que os 5% atualmente registrados por organismos locais ligados à agricultura. De fato, no Sul do estado, as lavouras, cultivadas de maneira mais moderna, por orizicultores provenientes do Sul do país, tiveram sua colheita mecanizada dificultada pelas chuvas. Nas demais zonas de produção do estado, houve problemas na contratação de mão-de-obra para a colheita. Mesmo assim, a produtividade obtida foi boa (1.400 kg/ha) devido ao clima e a um plantio mais cuidadoso, na parte Sul do estado. Estima-se, então, que o plantio do arroz no Maranhão poderá repetir a área plantada na safra 1981/82, devido, também, à condição de principal abastecedor do mercado nordestino.

Deste modo, excetuando-se os dois principais estados produtores — Rio Grande do Sul e Maranhão — e, possivelmente, o plantio irrigado de Santa Catarina, a situação das demais regiões é um tanto nebulosa, tendendo a uma diminuição da área plantada.

Uma cuidadosa administração dos grandes estoques do cereal em mãos do governo, com vistas a não desestimular o plantio na próxima estação, seria recomendável. O Quadro 4 apresenta o balanço de oferta e demanda das últimas safras e pode-se ver que, se a posição atual da oferta é relativamente boa, poderá deixar de sê-lo, bastando, para tanto, uma quebra da safra 1982/83, como a da temporada 1981/82. Jogando com esta possibilidade, pois o arroz de sequeiro é uma das lavouras de maior risco, produtores de alguns estados têm considerado a hipótese de um mercado mais atraente no próximo ano.

Observe-se, porém, que o cálculo do balanço entre oferta e demanda já esteve mais apertado. No início do ano, quando não se podia imaginar um bom desenvolvimento da safra do Norte/Nordeste, a CFP considerou a hipótese de repetição da frustrada produção do ano passado, o que resultou numa projeção de um estoque de apenas 670 mil t para o final da atual temporada.

Quanto às exportações do produto, o governo federal permitiu que fossem vendidas ao exterior 150 mil toneladas. Não ficou claro, no entanto, se elas se referem a uma parte das 200 mil toneladas a serem importadas dos países vizinhos, que serão reexportadas na safra vindoura, ou se as complementarão.

QUADRO 4

BRASIL: Balanço de Oferta e Demanda de Arroz em Casca Safras 1979/80 a 1981/82 — 1.000 t

Discriminação	Safras 1979/80	1980/81	1981/82
Estoque inicial	620	1.640	1.248
Produção do Centro-Sul	7.986	7.550	7.266
Produção do Norte-Nordeste	1.652	1.375	2.415
Oferta total	10.258	10.565	10.929
Consumo	9.000	9.243	9.543
Excedente	1.258	1.322	1.386
Exportações	—	74	—
Importações	382	—	200
Estoque final	1.640	1.248	1.586

FONTE: CFP.

FEIJÃO

COMO RESULTADO DO APOIO GOVERNAMENTAL AO CULTIVO DO FEIJÃO, NO PAÍS, AS ÚLTIMAS SAFRAS DO PRODUTO APRESENTARAM RESULTADOS ELEVADOS, QUE ESPELHARAM OS AUMENTOS NA ÁREA PLANTADA COM A LEGUMINOSA, POIS A PRODUTIVIDADE PERMANECEU BAIXA. É POSSÍVEL QUE A MANUTENÇÃO DOS INCENTIVOS E AS CARACTERÍSTICAS DAS LAVOURAS COMPENSEM A BAIXA DOS PREÇOS NO MERCADO, VERIFICANDO-SE UM BOM PLANTIO NA SAFRA 1982/83.

O cultivo do feijão no Brasil é efetuado majoritariamente por pequenos produtores, por vezes de forma extremamente rudimentar (ver Quadro 1). Ao contrário de outras lavouras voltadas para o abastecimento interno (principalmente o arroz e, secundariamente, o milho) o perfil da produção feijoeira praticamente não se alterou, nos últimos anos, em termos gerais. Vale dizer, apenas com os recentes estímulos governamentais direcionados ao plantio desta leguminosa é que se iniciou uma melhoria tecnológica nas lavouras.

Diversos fatores contribuem para a permanência desta situação. Com efeito, o feijão é o "bem inferior" por excelência, ou seja, é um produto cujo consumo é associado à população de mais baixa renda, sendo substituído por outros alimentos, à medida em que aumentam os rendimentos reais de seus consumidores. Tal configuração inibe os investimentos em tecnologia por parte de produtores mais capitalizados, no sentido de aprimorar a qualidade de suas safras. Deste modo, ainda é incipiente a constituição de um segmento especializado entre os produtores de feijão, pelo fato de seus consumidores não constituírem, do mesmo modo, um amplo mercado para um produto melhor e mais caro. Na verdade, o feijão que chega aos consumidores urbanos resulta da produção excedente de uma miríade de pequenos agricultores, cujos baixos custos de produção permitem oferecer um produto relativamente barato.

No entanto, a vulnerabilidade das lavouras, por longo tempo carentes de um esforço da pesquisa fitogenética, freqüentemente acarreta elevações excessivas nos preços, induzindo à diminuição da presença do feijão na alimentação rotineira da população. Este fenômeno manifestou-se nos dois últimos anos-safra, com a grande ascensão dos preços em 1980 e a queda para um patamar inferior, mas ainda elevado, em 1981.

Atualmente, persiste a queda no consumo do produto, apesar de os preços prosseguirem em baixa e de a renda real dos consumidores não estar subindo, numa proporção tal, que possa explicar o recuo da demanda (o consumo aparente do produto reduziu-se dos 28,1 quilogramas per capita, de 1971, para 14 kg per capita, em 1980, segundo o Deral/PR).

Nos Quadros 2 e 3, estão listados os resultados das safras das águas e da seca do ano corrente, em ordem de volume da produção. No caso da produção nordestina, seu resultado final ainda não é conhecido, pois a colheita ainda não foi encerrada em parte da Bahia e nos estados de Sergipe, Alagoas e Pernambuco.

No entanto, o número final da safra 1981/82

QUADRO 1

BRASIL e Estados Selecionados — Distribuição dos Estabelecimentos Produtores e da Produção de Feijão, por Grupos de Área — 1975 — %

Estado	Menos de 10 ha		10 a 20 ha		20 a 100 ha		100 a 1.000 ha	
	Estab.	Produção	Estab.	Produção	Estab.	Produção	Estab.	Produção
Paraná	52	40	23	24	27	28	3	6
Bahia	56	39	14	15	24	32	6	14
Minas Gerais	27	13	17	11	38	36	17	34
Pernambuco	99	91	–	5	–	3	–	–
São Paulo	41	26	20	18	31	37	8	18
Santa Catarina	100	97	–	–	–	–	–	–
Ceará	49	24	16	14	25	30	9	21
Brasil	52	34	16	17	24	31	7	15

FONTE: Censo Agropecuário de 1975, FIBGE.

não deverá ser muito diferente das atuais estimativas. Segundo a Comissão de Financiamento da Produção, a oferta conjunta das duas safras totalizará 2,892 milhões de toneladas, que deverão atender a um consumo estimado em 2,56 milhões de t, propiciando a existência de um estoque final de 352,6 mil t, o maior dos últimos três anos. Cabe destacar, porém, que os dados da FIBGE referentes à produção das duas safras são ainda maiores do que os da CFP. De fato, aquele órgão estima a oferta total deste ano em 3,113 milhões de t (1,775 milhão na primeira safra e 1,338 milhão de t, na segunda).

Talvez nesta diferença de 221 mil t entre as avaliações possa ser encontrada a explicação — ou parte dela — para a existência de estoques governamentais maiores do que o esperado. Com efeito, embora o governo federal tenha-se tornado o maior detentor de estoques do produto, no país, em razão dos baixos preços vigentes no mercado, não se pensava que seus estoques alcançariam tal monta. Isto porque os preços deprimidos fizeram com que o Estado não apenas comprasse os excedentes, como substituísse, de fato, a iniciativa privada, na intermediação do produto.

Assim, ao final da primeira safra, em abril, esperava-se que houvesse um estoque remanescente de apenas 183 mil toneladas de feijão (resultantes da subtração do consumo semestral, no período entre novembro e abril, de 1,285 milhão de t, da oferta de 1,468 milhão de t da safra das águas). Todavia, o governo federal chegou àquele período com cerca de 600 mil t de feijão em mãos. Deste modo, pode-se considerar que a safra teria atingido uma dimensão ainda maior do que a estimada pela CFP, ou que o consumo, já retraído, não apresenta uma distribuição uniforme ao longo do ano.

De qualquer modo, não só os estoques governamentais continuam-se avolumando (foram compradas cerca de 800 mil t de feijão) como os preços do produto permanecem baixos. Diante do excesso de oferta no mercado, os leilões do governo apresentaram cotações cada vez mais baixas: Cr$ 70,00/kg, Cr$... 65,00, Cr$ 40,00/kg. Considerando-se que o feijão foi comprado pelo preço mínimo (Cr$ 3.709,80/60 kg na safra das águas e Cr$ 4.702,20/60 kg na safra da seca) a transferência do produto à iniciativa privada passou a embutir um subsídio crescente. Até o dia 20/8, a CFP havia vendido 102,6 mil t de feijão, por um preço médio de Cr$ 50,00/kg.

Atualmente, continua ingressando produto novo nos estoques do governo e, com o mercado bem abastecido, os preços médios recebidos pelos produtores (ver Quadro 4) situam-se próximos ao preço mí-

QUADRO 2

BRASIL: Estimativas de Área, Produção e Produtividade da Safra de Feijão das Águas – 1981/82

Estados	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)	Produtividade (kg/ha)
Paraná	835,0	626	750
Santa Catarina	248,0	243	980
São Paulo	304,5	198	650
Minas Gerais	305,4	149	490
Rio Grande do Sul	162,0	127	780
Bahia (sul)	464,0	70	150
Espírito Santo	49,7	26	520
Mato Grosso do Sul	22,0	12	550
Rio de Janeiro	11,0	7	600
Goiás	11,0	5	450
Mato Grosso	14,0	4	290
Distrito Federal	1,7	1	580
Brasil	2.428,3	1.468	605

FONTE: Comissão de Financiamento da Produção.

nimo, em quase todos os principais estados produtores.

Para a próxima safra, 1982/83, o governo federal optou por manter seu apoio ao plantio da leguminosa. Realmente, o feijão será a única das culturas de verão aquinhoada com o adiantamento integral dos valores básicos de custeio, independentemente da categoria do produtor, e o preço básico, a ser corrigido pelo INPC entre julho e outubro, foi considerado bom.

De fato, fixado em Cr$ 5.985,00/60 kg, com o reajuste pelo INPC de julho, já alcançou Cr$. . . 6.345,00, devendo superar os Cr$ 7.000,00/60 kg, em outubro. Quanto aos novos VBC's, a criação de uma nova faixa de produtividade, incorporando os produtores que registrarem mais de 1.500 kg/ha, além de um estímulo, espelha o fato de que se conta com um crescente aprimoramento tecnológico das lavouras. Registre-se que as faixas entre 1.001 e 1.500 kg/ha e acima de 1.500 kg/ha obtiveram um reajuste nominal, este ano, da ordem de 110,4% e 128,2%, respectivamente, sobre a maior faixa de produtividade da safra 1981/82, acima de 1.001 kg/ha.

Aliás, o desempenho da segunda safra do ano, a da seca, está sendo considerado muito positivo, no que diz respeito à produtividade das lavouras. No estado de Minas Gerais, maior produtor desta safra, a Comissão Estadual de Planejamento Agrícola tem divulgado avaliações mais otimistas do que as da CFP. A CEPA estima a área plantada do estado um pouco menor (445,3 mil ha) mas, como supõe que a produtividade deve ter alcançado 503 kg/ha, sua projeção para a produção mineira é de 224,16 mil t.

Tal situação tem contribuído para enfraquecer o mercado do produto no estado, em todos os níveis de comercialização. De acordo com a mesma fonte, o preço médio recebido pelo produtor mineiro de feijão permanece inferior ao obtido em igual período do ano passado. No atacado, apenas os feijões preto e rapé apresentaram altas, em junho, devido a quebras na colheita de ambos, no estado. As demais variedades apresentaram quedas em suas cotações. Quanto ao varejo, tem-se mantido estável, com alta em algumas variedades e sem grande influência baixista das vendas dos estoques do governo federal.

No Ceará, órgãos ligados à agricultura haviam projetado, no início da safra, uma produtividade (420 kg/ha), que não pôde ser conseguida, devido

QUADRO 3

BRASIL: Estimativas de Área, Produção e Produtividade da Safra de Feijão da Seca de 1982

Estados	Área (1.000 ha)	Produção (1.000 t)	Produtividade (kg/ha)
Minas Gerais	446,5	205,4	460
Ceará	522,0	162,0	300
São Paulo	210,0	136,5	650
Pernambuco	300,0	105,0	350
Goiás	218,0	91,6	420
Santa Catarina	125,0	82,5	660
Alagoas	150,0	75,0	500
Paraíba	280,0	70,0	250
Piauí	218,5	65,6	300
Bahia (norte)	160,0	64,0	400
Maranhão	121,0	54,5	450
Paraná	90,0	45,0	500
Rondônia	68,0	43,5	640
Rio Grande do Norte	215,0	40,9	190
Espírito Santo	61,0	36,9	605
Mato Grosso	59,0	33,6	570
Sergipe	93,4	32,7	350
Rio Grande do Sul	51,0	25,5	500
Pará	32,0	17,5	550
Mato Grosso do Sul	30,2	16,6	550
Rio de Janeiro	17,0	9,8	575
Acre	9,0	5,4	600
Roraima	5,0	2,6	525
Amazonas	2,0	2,0	1.000
Brasil	3.483,6	1.424,1	409

FONTE: Comissão de Financiamento da Produção.

à estiagem e a ataques de algumas pragas. Mesmo a atual estimativa da produtividade (308 kg/ha, próxima à da CFP) representa a obtenção de uma grande safra (197 mil t, segundo a CEPA cearense). Curiosamente, apesar das divergências entre as fontes, seguindo-se as estimativas da CEPA (produção de 197 mil t e consumo de 176 mil t) chega-se a um excedente de 21 mil t e, de acordo com as da CFP (produção de 162 mil t e consumo de 146,3 mil t), a uma sobra de 16 mil t. Ou seja, ambas as fontes consideram folgada a situação do abastecimento do estado, embora trabalhando com números bastante diferentes. Prossegue, contudo, a importação do produto de estados vizinhos, para o abastecimento de Fortaleza.

Nos demais estados nordestinos, a situação da safra é boa, devendo concretizar-se as expectativas quanto ao volume final da oferta. Na região, o feijão tipo macaçár vem registrando preços em torno do preço mínimo e o mulatinho, um pouco melhores. Na Bahia, devido aos preços baixos, a CFP e as cooperativas têm-se esforçado para levar ao interior o preço mínimo oficial.

Na safra das águas, em que o maior peso está nos estados do Centro-Sul, a situação não foi diferente, com uma grande oferta e preços baixos. No Paraná, principal produtor da safra, houve problemas no plantio e na comercialização (ver **Agroanalysis**, vol. 6, nº 2). Segundo o Departamento de Economia

QUADRO 4

FEIJÃO: Evolução dos Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Estados Selecionados — Safra 1981/82 — Cr$ 60 kg

	FEIJÃO PRETO			
	Paraná	Santa Catarina	Minas Gerais	Rio Grande do Sul
Janeiro	2.896,38	3.519,67	3.755,00	3.355,48
Fevereiro	3.038,60	3.447,67	4.233,33	3.319,08
Março	3.177,00	–	–	3.402,50
Abril	3.176,00	3.545,33	3.750,00	3.402,50
Maio	3.488,10	4.165,89	3.739,58	3.625,31
Junho	4.084,60	4.389,37	4.396,66	4.130,00
Julho	4.208,97	4.454,50	4.569,58	3.962,50
Agosto*	4.261,45	4.485,61	4.593,33	3.700,00

	FEIJÃO DE CORES			
	Paraná	Bahia	Minas Gerais	São Paulo
Janeiro	2.758,34	5.812,50	5.166,67	4.144,44
Fevereiro	2.764,44	4.477,77	4.922,22	3.916,67
Março	3.166,46	4.533,33	4.620,00	4.148,33
Abril	3.181,98	4.420,83	4.066,67	4.375,00
Maio	3.435,58	4.154,17	4.102,08	4.962,50
Junho	4.004,00	3.800,00	4.813,33	5.278,33
Julho	4.755,00	3.845,33	4.839,58	5.477,08
Agosto*	5.500,00	3.300,00	4.916,67	5.200,00

* até 20/8/82.
FONTE: Centro de Informação de Mercado Agrícola.

Rural daquele estado, 1981 foi o ano em que a paridade entre os preços recebidos e os preços pagos pelos produtores de feijão paranaenses esteve mais favorável nos últimos três anos (os índices para 1979 e 1980 foram 70 e 78, respectivamente e o de 1981, 160). Contudo, ajustando-se os preços pagos pelos agricultores (ver **Agroanalysis**, vol, 6, nº 6) de acordo com a tendência de produtividade no estado, observa-se que o ano em que os produtores teriam obtido melhor rentabilidade, foi o de 1980, com uma queda a partir de então. Cabe destacar o fato de que, também no Paraná, o feijão é uma lavoura típica de pequenas propriedades, o que, mediante o emprego de mão-de-obra familiar (a mão-de-obra é o principal componente dos custos de produção, com até 28% de sua formação) permite aos produtores operar com custos reduzidos e suportar um mercado deprimido.

Também em São Paulo os preços estiveram baixos. No momento, está ingressando no mercado paulista o produto da safra de inverno, a terceira safra, ou "safrinha", avaliada em 50 mil t. As cotações para o feijão desta safra são superiores, com o carioquinha atingindo entre Cr$ 5.000,00 e Cr$ 5.500,00 nas zonas de produção. A presença deste novo produto acarretou menor remuneração ao feijão da seca, verificando-se preços entre Cr$ 4.500,00 e Cr$ 5.500,00, em nível de produtor e entre Cr$. . . 5.500,00 e Cr$ 6.000,00, no atacado.

Mesmo com a vigência, praticamente generalizada, de preços próximos ao preço mínimo oficial,

o plantio da safra das águas 1982/83 já foi iniciado, havendo a expectativa, por parte do governo federal, de que a extensão do cultivo da leguminosa supere em até 5% a área da safra 1981/82. Talvez seja uma avaliação um tanto prematura e, possivelmente, otimista. No entanto, considerando-se as peculiaridades do cultivo do feijão, cujos produtores podem fazer frente a preços considerados baixos, e a favorabilidade dos instrumentos de política agrícola, não será surpreendente sua consecução. Ainda mais quando se observam os mercados de outras lavouras, como a do milho, no qual o governo federal também deverá ser o principal comprador, e o da soja. O Quadro 5 apresenta os preços básicos estabelecidos em julho e projeta os preços mínimos dos principais grãos da safra de verão.

Não é possível garantir que o governo federal pretenda arcar por muito tempo com o ônus da manutenção de grandes estoques de feijão, dos quais têm-se procurado descartar, apesar da oferta volumosa. No entanto, caso se verifique a ampliação da área cultivada, anteriormente citada, e o clima colabore, mais uma vez os armazéns se abarrotarão com as aquisições governamentais. Deste modo, pelo menos no que se refere ao consumidor final do produto, as preocupações poderão diminuir. Afinal, os preços atuais no varejo dos principais centros urbanos persistem em níveis inferiores aos do mesmo período de 1981 (ver Quadro 6) e, caso as vendas do governo mantenham-se como até o momento, tal situação se repetirá, em 1983.

QUADRO 5

PRODUTOS SELECIONADOS: Preços Básicos, Preços Mínimos Projetados e Estimativas da Remuneração Mínima** e do Custo de Produção, no Paraná e na Região Centro-Sul — Safra 1982/83*

Produto	Preço básico	Preço mínimo projetado	Remuneração mínima/ha (A)	Custo de produção (B) no Paraná	A/B
Amendoim	1.222,00	1.735,24	107.724,32	94.770,51	1,14
Arroz	1.900,00	2.698,00	92.055,76	81.156,10	1,13
Feijão	5.985,00	7.128,00	84.585,60	55.878,65	1,51
Milho	1.392,00	1.976,64	70.491,60	81.132,35	0,87
Soja	1.800,00	2.556,00	65.433,60	87.994,90	0,74

*considerando-se um INPC de 19% para o feijão e de 42% para as demais culturas.
** considerando-se a produtividade média do Centro-Sul, na safra 1981/82, da CFP.
FONTE: CFP, FIBGE, Deral/PR.

QUADRO 6

*FEIJÃO PRETO — Evolução dos Preços no Varejo de Alguns dos Principais Centros Consumidores — Cr$/kg — Janeiro a Agosto de 1981 * e de 1982*

Meses	Rio de Janeiro		São Paulo		Porto Alegre		Curitiba	
	1981	1982	1981	1982	1981	1982	1981	1982
Janeiro	145,99	95,72	240,16	103,36	195,66	93,55	198,06	80,23
Fevereiro	149,88	98,96	200,98	100,13	164,91	88,72	161,67	84,02
Março	167,54	102,57	190,41	100,68	163,39	88,74	154,73	85,64
Abril	200,96	95,68	225,28	99,61	187,86	95,75	179,99	80,95
Maio	235,60	106,91	231,75	107,37	207,23	99,14	192,82	90,59
Junho	241,00	106,23	246,44	113,18	255,22	102,79	213,02	90,80
Julho	230,33	81,67	237,00	118,67	224,35	94,67	200,11	102,00
Agosto**	234,20	68,33	236,16	109,33	218,41	89,00	217,60	–

* corrigido mês a mês, para 1982, pelo IGP, coluna 2, de Conjuntura Econômica.
** em 1982, até 20/8.
FONTE: Centro de Informação de Mercado Agrícola.

MILHO

DIANTE DA FALTA DE MELHORES OPÇÕES DE PLANTIO E, CONSIDERANDO-SE QUE O AGRICULTOR TRADICIONALMENTE PLANTADOR DE MILHO ENQUADRA-SE NA CATEGORIA DE PEQUENO PRODUTOR, DIFICILMENTE OCORRERÁ UMA DIMINUIÇÃO NO PLANTIO DO CEREAL, EM 1982/83. TALVEZ O ABASTECIMENTO DO PRODUTO FIQUE MAIS APERTADO, POIS COMEÇARÃO AS EXPORTAÇÕES PARA A URSS.

A área plantada com o milho na temporada 1981/82 no Centro-Sul do país, registrou acréscimo de 5,2% em relação à safra 1980/81 (ver **Agroanalysis**, vol. 5, nº 8) expansão inferior àquelas verificadas nas culturas de sorgo, arroz, algodão e amendoim da primeira safra. Em termos absolutos, o milho continuou a ser a cultura de maior área plantada na região, tendo aumentado substancialmente a diferença em relação à área da soja, que passou de 842 mil hectares, na safra 1980/81, para 1,6 milhão de ha na temporada 1981/82. Em suma, o milho ocupou quase 37% da área cultivada com as oito culturas mais importantes na porção meridional do país e 27% da área das onze culturas de maior destaque na região Norte-Nordeste (também, neste último caso, foi a cultura que maior espaço ocupou, isoladamente, muito embora tenha sofrido decréscimo de 2,3% em relação à área plantada na safra 1980/81).

Deste modo, o milho deverá, na atual temporada, responder por cerca de 59% da produção dos cereais brasileiros e 47% da produção dos cinco mais importantes grãos cultivados no país (amendoim, arroz, feijão, milho e soja), pois aguarda-se a obtenção de pouco mais de 23 milhões de t deste cereal.

Os maiores estados produtores, mais uma vez, foram o Paraná (5,4 milhões de t), Minas Gerais (3,9 milhões de t, embora ainda não seja o número definitivo, pois a colheita não está concluída) e Rio Grande do Sul (3,4 milhões de t), com o Centro-Sul produzindo cerca de 21,5 milhões de t, 93% da produção brasileira. A tendência do rendimento físico da cultura, no entanto, nesta região, foi de queda, em comparação com a média da safra 1980/81, a despeito de pequenos incrementos isolados terem sido verificados em Minas Gerais, São Paulo, Mato Grosso e Goiás. Em termos de Brasil como um todo, deverá ser obtida uma média de 1.751 kg/ha, já que os resultados da região Norte-Nordeste* deverão apresentar um ganho de cerca de 83% no rendimento, em cotejo com os parcos 271 kg/ha verificados na temporada anterior.

Embora ainda não se conheça a produção final do Norte e do Nordeste, o país deverá obter uma safra recorde de milho na temporada 1981/82, em resposta à melhor opção de cultivo vigente há cerca de um ano, quando da determinação dos VBCs e dos preços básicos oficiais para as culturas em geral. Particularmente, ao desincentivo à produção da soja, correspondeu um aumento da área cultivada com o milho, mediante a intensificação do interesse de grandes produtores pelo cultivo do cereal, em virtude

* colheita ainda não concluída.

do menor risco e do menor investimento necessário à produção.

Os preços do cereal, praticados tanto em nível de produtor quanto em nível de mercado atacadista, durante 1982, refletem a situação de um mercado bem abastecido, agravado pela retração dos principais segmentos consumidores que passam por uma fase de acomodação aos rigores da recessão econômica. A respeito, é oportuno lembrar que a estimativa de consumo da CFP para a temporada 1981/82 é de 22,5 milhões de t, ou seja, apenas 0,5% a mais do que o montante calculado para a temporada anterior.

O elevado custo financeiro da manutenção de estoques, o menor crescimento esperado para a avicultura este ano e o decréscimo previsto na produção de carne suína, são os três fatores que atuaram decisivamente sobre o mercado do milho este ano, ao atingirem pesadamente o setor de rações, responsável por cerca de 50% do consumo do cereal, no país. As indústrias, sabedoras da elevada oferta do produto nesta safra, acrescida pelo estoque remanescente (1,8 milhão de t) da safra passada, passaram a comprar esta matéria-prima para suas necessidades imediatas, evitando a formação de estoques. Em conseqüência, houve uma queda de 24,2% no preço médio real pago ao produtor paranaense durante os sete primeiros meses do ano (ou seja, durante o período de comercialização da safra, que atinge seu pico em abril/maio) comparativamente àqueles praticados um ano antes, como pode ser observado no Quadro 1. O Quadro 2, por sua vez, comprova que, também no nível do atacado, as cotações, no mesmo período, sofreram uma queda média de 25,1% em termos reais, em comparação aos preços vigentes nos mesmos meses de 1981.

De fato, à exceção do agricultor que colheu sua safra antecipadamente e vendeu seu produto de imediato, o nível de remuneração do produtor de milho foi, de um modo geral, inferior aos custos de produção. Para a safra 1981/82, esse diferencial negativo foi calculado em 6,4%, no Paraná, de acordo com os dados do Deral, para a faixa de produtividade de 2.280 kg/ha (Quadro 3). O valor absoluto do prejuízo médio dos produtores paranaenses foi de Cr$ 2.745,42/ha, ou quase três sacas de milho por hectare cultivado. Em relação ao pequeno produtor (dominante naquele estado) esta perda é considerada extremamente elevada, mormente num ano de especial aperto na liquidez de todos os setores da economia. Destaque-se que a opção quase única de venda, ao governo federal, ao preço mínimo de Cr$ 1.028,40* */60 kg, embora remuneradora de grande parte das despesas, causou um impacto psicológico negativo no produtor.

As aquisições de milho efetuadas pelo governo federal nas áreas produtoras evoluíram rapidamente, alcançando, em 12/08, cerca de 2,4 milhões de t, nível recorde que representa mais de 10% da safra esperada. Se bem que, deste total, ainda devam vir a ser subtraídas 250 mil t para exportação, dentro da

QUADRO 1

PARANÁ — Preços Recebidos pelos Produtores de Milho — Cr$/60 kg — Janeiro a Julho de 1981 e de 1982

Mês	1982 (nominal)	Em Cr$ de Janeiro de 1981 (A)	1981 (nominal)	Em Cr$ de Janeiro de 1982 (B)	A/B
janeiro	795	408,4	690	690,0	0.59
fevereiro	800	384,6	673	620,4	0.62
março	839	376,0	568	487,7	0.77
abril	920	391,3	522	425,0	0.92
maio	914	366,5	550	421,6	0.87
junho	952	353,5	580	425,6	0.83
julho	953	333,5	539	376,4	0.89

FONTE: Departamento de Economia Rural do Paraná.

QUADRO 2

MILHO — Cotação Média Mensal na Bolsa de Cereais de São Paulo — Janeiro a Julho de 1981 e 1982 — Valores Nominais e Reais para Janeiro 1981 (IGP col. 2) — Cr$/60 kg

1981	Nominal	Real	1982	Nominal	Real
Janeiro	899,75	899,75	Janeiro	1.060,00	544,00
Fevereiro	827,00	762,30	Fevereiro	1.062,60	510,80
Março	711,85	611,20	Março	1.150,00	515,60
Abril	710,00	578,00	Abril	1.118,70	475,80
Maio	710,00	544,00	Maio	1.080,00	433,00
Junho	693,60	509,00	Junho	1.102,00	409,00
Julho	700,20	489,00	Julho	1.155,45	404,50

FONTE: Bolsa de Cereais de São Paulo.

meta de vendas de 500 mil t ao exterior, ainda sobrará o volume considerável de 2,15 milhões de t.

A este respeito, vale lembrar, também, que a exportação do cereal tornou-se possível, após a certificação de que o abastecimento do Nordeste estava garantido, por um programa específico de transferência de estoques àquela região. Se todo o volume programado for exportado, poderá ocorrer um certo aquecimento do preço do cereal no mercado interno, além de um desafogo nos estoques da CFP. Isto servirá também como um reforço, ainda que moderado, ao almejado superávit da balança comercial deste ano, se bem que às custas de subsídio considerável: as duas primeiras concorrências para exportação à Espanha, para embarques em agosto e setembro, foram efetivadas ao preço médio de Cr$ 15,91/kg, contra o preço mínimo de Cr$ 17,14/kg (sem contarmos a despesa de transporte deste produto no tempo), tendo significado a arrecadação de 20 milhões de dólares.

Infelizmente, estas vendas ao exterior deram-se numa época em que o mercado internacional de grãos, de um modo geral, encontra-se bastante ofertado. No âmbito mundial, o balanço final de oferta e demanda de grãos, da temporada 1981/82, elaborado pelo USDA, aponta para uma produção de 1,498 bilhão de toneladas (quase 5% maior do que a ante-

** Quantia da qual ainda devem ser subtraídas as despesas adicionais, relativas a classificação do produto, sacaria, etc.

QUADRO 3

*PARANÁ — Cálculo da Rentabilidade do Produtor*de Milho na Safra 1981/82*

1. Produtividade Média no Paraná, safra 1981/82 (fonte: CFP)	2.350 kg/ha
2. Preço Mínimo para a Safra 1981/82	Cr$ 1.028,40/60 kg
3. Valor Bruto da Produção	Cr$ 40.279,00/ha
4. Custos Variáveis, à Produtividade de 2.280 kg/ha	Cr$ 33.361,82/ha
5. Custo Total, à Produtividade de 2.280 kg/ha (incluindo-se o IAPAS)	Cr$ 43.024,42/ha
6. Receita Líquida (não deduzidos os custos fixos)	Cr$ 6.917,18/ha
7. Valor Bruto — Custo Total (prejuízo do produtor)	(Cr$ 2.745,42/ha)

* Utilizaram-se os custos total e variável de produção elaborados pelo Deral para a produtividade de 2.280 kg/ha nestes cálculos, que tomam por base a produtividade média da safra de milho paranaense 1981/82, de 2.350 kg/ha.
FONTES: Seag/Deral, CFP e Fecotrigo.

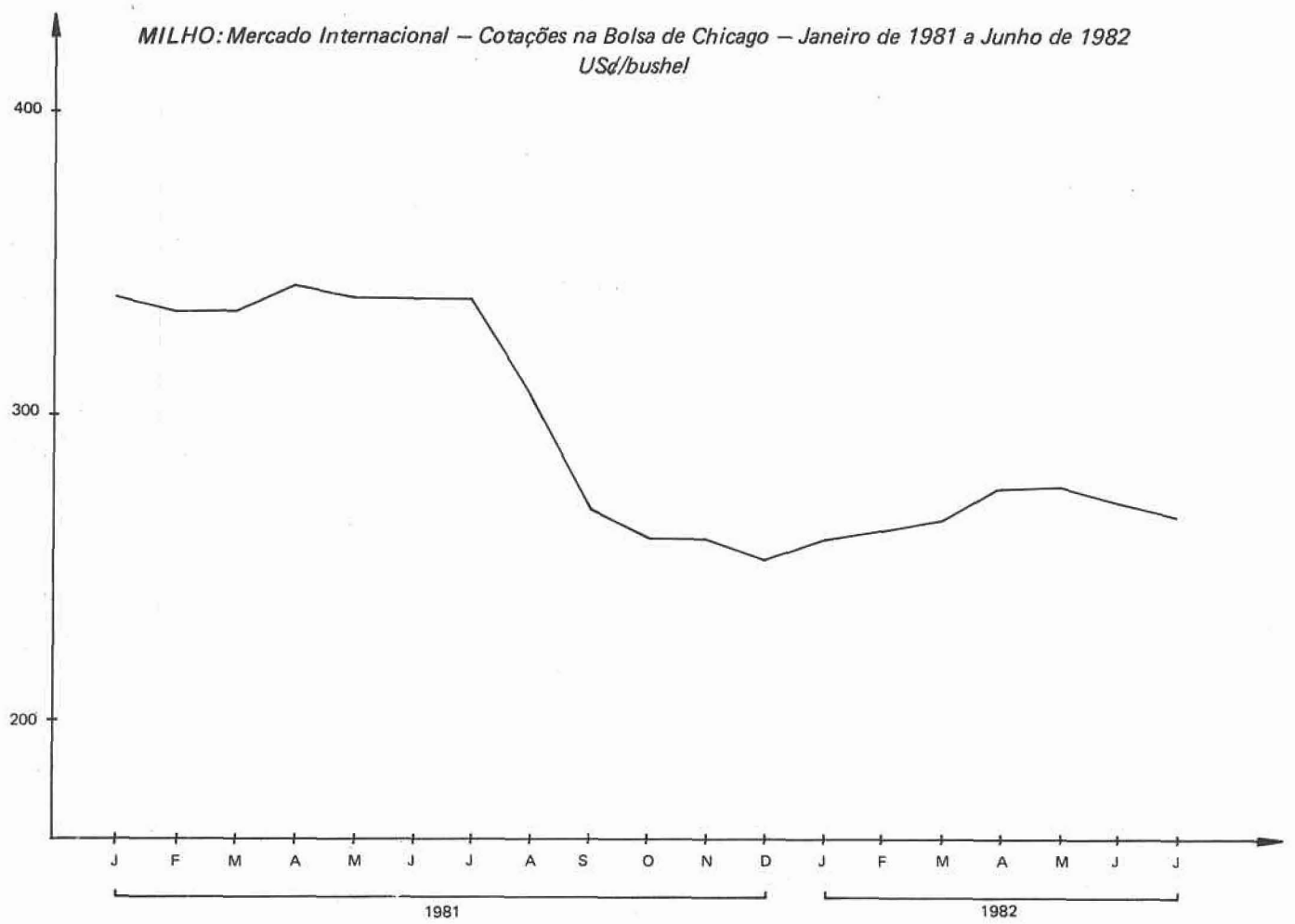
rior) que, somada ao estoque inicial de 180 milhões de t, perfaz uma oferta de quase 1,7 bilhão de t de grãos, redundando num estoque final de 215 milhões de t. No caso do milho, em especial, os EUA, isoladamente, lograram alcançar, na temporada passada, uma produção recorde de 208,3 milhões de t, que, somada ao estoque inicial de 26,3 milhões de t, e deduzido o seu consumo interno, significou uma oferta potencial para exportação de 105,5 milhões de t, das quais apenas 55,2 milhões de t foram efetivamente vendidas ao exterior. Compreende-se, desta forma, por que, em fins de abril, o preço médio do milho ao produtor norte-americano estivesse em apenas US¢ 2,50/**bushel**, enquanto que, um ano antes, havia alcançado US$ 3,11/**bushel**. Ao mesmo tempo, o estoque da **Commodity Credit Corporation** alcançava um volume 32,4% superior ao de igual época de 1981, ao atingir 8 milhões de t. O Gráfico 1 mostra, por sua vez, o comportamento em geral declinante das cotações do cereal na Bolsa de Chicago, desde janeiro do ano passado.

Tudo indica que, durante a temporada 1982/83, o mercado internacional de grãos deverá apresentar-se novamente bastante ofertado, crescendo a produção mundial para 1,5 bilhão de t, com um excesso de 238 milhões de t acima da demanda prevista. Certamente, o peso que este excedente disponível no mercado internacional exercerá sobre as cotações de **commodities** terá reflexos no Brasil, já que este país deverá ser responsável por cerca de 3% da produção mundial de grãos forrageiros esperada para 1982/83. Novamente, os EUA deverão registrar uma elevada oferta de milho, chegando a 264 milhões de t, 12% a mais do que a oferta da temporada anterior, enquanto que o seu consumo interno deverá crescer apenas 3,3% no período.

No Brasil, o governo federal determinou reajustes nominais nas faixas de financiamento de cus-

GRÁFICO 1

MILHO: Mercado Internacional – Cotações na Bolsa de Chicago – Janeiro de 1981 a Junho de 1982
US¢/bushel



teio para o plantio de milho, na próxima safra, que variam entre 71,8% e 107,3%, sendo que este último percentual refere-se à faixa mais alta de produtividade (acima de 5 t/ha) criada este ano. Em média, o reajuste ficou em 84,5%, conforme mostra o Quadro 4, que compara os valores oficiais, tanto desta safra quanto da passada, às propostas do Deral/PR e da Organização das Cooperativas Brasileiras. Observe-se que, para a safra atual, os números oficiais estão mais próximos daqueles sugeridos pelo órgão paranaense do que estiveram em 1980/81.

Ainda para o estado do Paraná, de acordo com os dados do Deral, a cobertura institucional (relação entre o VBC e o custo de produção) para a safra 1982/83 aumentou significativamente em relação à anterior, tendo passado, no caso do rendimento de 2.520 kg/ha (média do estado) de 42% para 51% (ver Quadro 5). Também a relação entre o preço mínimo e os custos de produção apontam maior vantagem para a temporada 1982/83, só não havendo quociente superior à unidade no caso de o rendimento ser de 2.520 kg/ha.

A análise dos dados constantes nos Quadros 4 e 5, evidencia que, embora não sendo ideais as condições de financiamento e o preço mínimo de garantia para a safra 1982/83 são, pelo menos, superiores àquelas oferecidas na safra passada.

QUADRO 4

PARANÁ: Comparação entre os Valores Básicos de Custeio Oficiais e os Calculados pelo Departamento de Economia Rural e pela OCB — Safras 1981/82 e 1982/83

Faixa de Produtividade	VBC Oficial (A) (Cr$/ha)	Deral (B) (Cr$/ha)	OCB (C) (Cr$/ha)	A/B	A/C
Safra 1981/82					
até 900 kg/ha	7.700				
901 a 1300 kg/ha	11.700		15.850,32		0.74
1301 a 1700 kg/ha	13.400	21.833,19	19.038,19	0.61	0.70
1701 a 2100 kg/ha	16.200	25.277,24	20.568,21	0.64	0.79
2101 a 2500 kg/ha	18.900		24.770,13		0.76
2501 a 3000 kg/ha	21.800	31.594,13	32.344,69	0.69	0.67
3001 a 3500 kg/ha	24.700	32.278,79	37.841,76	0.77	0.65
3501 a 4000 kg/ha	28.400		40.075,07		0.71
4001 a 5000 kg/ha	32.800				
+ de 5000 kg/ha	32.800				
Safra 1982/83					
até 900 kg/ha	14.100				
901 a 1300 kg/ha	20.100				
1301 a 1700 kg/ha	25.800	34.158,66	31.842,17	0.76	0.81
1701 a 2100 kg/ha	29.700	40.045,54	40.894,30	0.74	0.73
2101 a 2500 kg/ha	34.300		47.608,40		0.72
2501 a 3000 kg/ha	41.000	53.671,03	52.897,86	0.76	0.78
3001 a 3500 kg/ha	45.000	69.384,75	65.829,63	0.65	0.68
3501 a 4000 kg/ha	50.800		68.663,78		0.74
4001 a 5000 kg/ha	57.900		75.374,40		0.77
+ de 5000 kg/ha	68.000		81.476,54		0.84

FONTES: Deral/PR e OCB.

QUADRO 5

PARANÁ: Valores Básicos de Custeio, Preço Mínimo e Custo Operacional da Lavoura de Milho — Safra 1982/83 e, em Parênteses, Safra 1981/82

	Faixas de Produtividade (kg/ha)			
Safra 1982/83	1.500,00	1.800,00	2.520,00	3.600,00
Safra 1981/82	(1.680,00)	(1.980,00)	(2.520,00)	
Crédito de Custeio Necessário à Produção (Cr$/60 kg)	1.366,35	1.334,85	1.277,88	1.156,41
	(779,76)	(765,98)	(752,24)	
VBC alocado à produção (Cr$/60 kg)	1.032,00	990,00	976,20	846,67
	(478,57)	(490,91)	(519,05)	
Custo de Produção (Cr$/60 kg)	1.768,52	1.900,18	1.931,72	1.841,98
	(1.255,59)	(1.239,80)	(1.249,48)	
Cobertura Institucional (VBC/CP) em %	58,00	52,00	52,00	46,00
	(38,00)	(40,00)	(42,00)	
Preço Mínimo*(Cr$/60 kg)	1.919,35	1.919,35	1.919,35	1.919,35
	(1.028,40)	(1.028,40)	(1.028,40)	
Relação PM/CP	1,09	1,01	0,99	1,04
	(0,82)	(0,83)	(0,82)	

* para a safra 1982/83, preço básico de Cr$ 1.392,00/60 kg, reajustado entre agosto/82 e janeiro/83 a 5,5% ao mês.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Deral/PR.

Esta hipótese é confirmada pelos dados contidos nos Quadros 6 e 7. Ambos foram elaborados com base nos dados de custo de produção calculados pelo Deral para o estado do Paraná, nas safras 1981/82 e 1982/83 (estimativa). No caso do Quadro 7, comparam-se os custos de produção de pequenos, médios e grandes produtores, com o preço mínimo projetado para a época da colheita. Estimam-se, também, os custos do financiamento complementar, obtido em bancos privados, à taxa de juros de mercado.

A análise dos dados contidos nos Quadros 6 e 7 revela que a situação de prejuízo dos pequenos e médios produtores paranaenses deverá repetir-se, em menor grau, caso vendam sua produção ao preço mínimo de garantia, no ano-safra 1982/83. Somente aqueles agricultores enquadrados na categoria intermediária poderão auferir renda líquida positiva, muito embora seu reduzido valor dificilmente a caracterize como lucro. Observe-se, no Quadro 8, que o preço mínimo projetado para o milho representa o menor aumento em relação ao preço mínimo vigente na safra 1981/82, dentre as cinco lavouras temporárias mais importantes.

Paralelamente, o prejuízo que o agricultor de milho provavelmente sofreu este ano reduziu, de forma bastante significativa, sua capacidade de autofinanciamento. Em conseqüência, muito embora a cobertura institucional do VBC seja mais favorável ao produtor, na próxima safra, o agricultor poderá ser levado a dispensar à cultura tratos menos apurados, reduzindo a despesa com insumos dispendiosos (como, por exemplo, os fertilizantes e defensivos).

Desse modo, a possibilidade de redução da área a ser plantada com o milho nesta safra parece mais remota, em função da própria estrutura de cultivo deste cereal, cuja maioria dos produtores enquadra-se na categoria de pequeno agricultor (segundo levantamento efetuado pelo INCRA, em 1978, pouco mais da metade da colheita do milho, no país, era efetuada por esta categoria de produtores). A essa faixa de produtores faltam opções de plantio, uma vez que sua produção é, em grande parte, voltada para o auto-consumo.

Por outro lado, especula-se que possa haver um retorno ao cultivo da soja por parte dos médios

QUADRO 6

PARANÁ: Comparação entre Diversos Indicadores Econômicos de Pequenos e Médios Produtores de Milho — Safra 1981/82

Discriminação	Pequeno Produtor (1980 kg/ha)	Médio Produtor (2820 kg/ha)
1) Custo de Produção (Cr$/ha) — Deral	40.913,44	59.080,37
2) Custo Variável (Cr$/ha) — Deral	29.145,79	39.216,81
3) VBC Oficial (Cr$/ha) — CFP	16.200,00	21.800,00
4) Limite Financiamento Subsidiado	100%	80%
5) Financiamento Obtido (Cr$/ha) [3 x 4]	16.200,00	17.440,00
6) Juros subsidiados (45% a.a.)	3,15% a.m.	3,15% a.m.
7) Valor dos Juros subsidiados(1) (Cr$) [1,0315 ^{8} x item 5]	4.561,92	4.911,04
8) Financiamento Governamental + Juros (Cr$) [5 + 7]	20.761,92	22.351,10
9) Financiamento a ser obtido no mercado (Cr$) [2 — 5]	12.945,79	21.776,81
10) Juros de mercado (100%)	6,0% a.m.	6,0% a.m.
11) Valor dos Juros(1) (Cr$) [1,06 ^{8} x Cr$ 12.945,79]	7.688,51	12.933,25
12) Financiamento no mercado + Juros (Cr$) [9 + 11]	20.634,29	34.710,06
13) Principal + juros a serem pagos após a colheita (Cr$/ha) [8 + 12]	41.396,21	57.061,16
14) Preço Mínimo (Cr$/60 kg)	1.028,40	1.028,40
15) Renda auferida por hectare (Cr$) [14 x rendimento/ha]	33.937,20	48.334,80
16) Renda — Despesa (Cr$/ha) [15 — 13]	(7.459,01)	(8.726,36)

(1) supondo-se utilização de agosto de 1981 a março de 1982.
FONTES: DERAL/PR. Bacen, CFP.

e grandes produtores que, na última safra, optaram pelo cereal e se frustraram na fase de comercialização. A este respeito, colocam-se duas questões fundamentais: a perspectiva pouco promissora quanto à comercialização da soja, no mercado externo, na próxima temporada, e a própria descapitalização dos produtores, que estaria sinalizando favoravelmente para o milho, lavoura de menor risco e que requer menor investimento.

No entanto, mesmo sendo possível antecipar dificuldades para a soja, é possível que, dispondo do crédito votado pelo CMN e que será repassado a uma taxa de juros anual inferior à de mercado, certos produtores ainda retornem ao plantio da leguminosa, considerando que a perspectiva do mercado externo do milho também não é das mais promissoras.

Não se sabe ao certo quantos hectares de soja foram tomados pelo milho em 1981/82, o que dificulta qualquer tentativa de previsão quanto à redução que significaria para o cultivo do cereal esta reversão de preferência. Contudo, este montante dificilmente será tão alto, a ponto de causar, por si só, uma diminuição brusca da área a ser plantada com o milho na temporada 1982/83.

Em relação aos principais estados produtores, o Paraná parece ser o único que pretende aumentar sua área plantada com o milho este ano. Nos demais, nota-se a intenção generalizada de repetir-se ou diminuir, ainda que levemente, a área plantada na safra passada. Assim, em Goiás e Santa Catarina, estados que, conjuntamente, produziram 4,83 milhões de t (21% da safra nacional) em 1981/82, a área de cultivo do milho deverá sofrer redução. Em Santa Catarina, no entanto, esta redução da área poderá dar-se num nível moderado, em função da tradicional conjugação do cultivo deste grão à criação de suínos*. Ademais, o rendimento médio verificado na lavoura catarinense de milho, em 1981/82, à seme-

* Cerca de 80% da demanda total de milho em Santa Catarina são para consumo animal.

QUADRO 7

PARANÁ: Comparação entre os Custos de Produção e a Renda Auferida pelos Produtores de Milho, segundo a Classificação do Produtor – Safra 1982/83

Discriminação	Pequeno Produtor (2.000 kg/ha)	Médio Produtor (3.000 kg/ha)	Grande Produtor (4.000 kg/ha)
1) Custo de Produção (Cr$/ha)	57.005,39	81.132,35	110.518,96
2) Custo Variável (Cr$/ha)	45.368,57	63.006,82	84.719,85
3) VBC oficial (Cr$/ha)	29.700,00	41.000,00	50.800,00
4) Limite Financiamento Subsidiado	100%	70%	50%
5) Financiamento Obtido (Cr$/ha) [3 x 4]	29.700,00	28.700,00	25.400,00
6) Juros Subsidiados (45% a.a.)	3,15% a.m.	3,15% a.m.	3,15% a.m.
7) Valor dos Juros(1) (Cr$) [1,0315 ^{8} x item 5]	8.363,52	8.081,92	7.152,64
8) Financiamento Governamental + Juros (Cr$) [5 + 7]	38.063,52	36.781,92	32.552,64
9) Financiamento a ser obtido no mercado (Cr$) [2 – 5]	15.668,00	34.366,00	59.319,00
10) Juros de Mercado (125,1% a.a.(2))	7,0% a.m.	7,0% a.m.	7,0% a.m.
11) Valor dos juros (1) (Cr$) [1,07 ^{8} x item 9]	11.252,76	24.681,66	42.602,91
12) Financiamento mercado + juros (Cr$) [9 + 11]	26.920,76	59.047,66	101.921,91
13) Principal + juros a serem pagos após a colheita (Cr$) [8 + 12]	64.984,28	95.829,58	134.474,55
14) Suposição Preço Mínimo Safra 1982/83(3) (Cr$/60 kg)	1.919,35	1.919,35	1.919,35
15) Renda auferida por hectare (Cr$) [14 x rendimento/ha]	63.978,00	95.967,00	129.957,00
16) Renda – Despesa (Cr$) [15 – 13]	(1.006,28)	137,42	(4.517,55)

(1) supondo-se utilização de agosto 198

(1) supondo-se utilização de agosto de 1982 a março de 1983.
(2) voto do CMN de 11/08/82: 101% a.a. de correção monetária e 12% a.a. de juros.
(3) preço básico de Cr$ 1.392,00/60 kg reajustado entre agosto/1982 e janeiro/1983 a 5,5% a.m.
FONTES: DERAL/PR, Bacen, CFP.

QUADRO 8

*BRASIL: Produtos Selecionados: Comparativo dos Preços Mínimos da Safra 1981/82, Preços Básicos para a Safra 1982/83 e Preços Mínimos Estimados*para a Safra 1982/83*

Produto	Preço Mínimo Safra 1981/82 (A)	Preço Base Safra 1982/83	Preço mínimo Safra 1982/83*(B)	B/A
Algodão (Cr$/@)	684,90	1.330,00	1.833,90	2,68
Milho (Cr$/60 kg)	1.028,40	1.392,00	1.919,35	1,87
Feijão (Cr$/60 kg)	3.709,80	5.985,00	7.027,83	1,89
Arroz (Cr$/60 kg)	1.308,00	1.900,00	2.619,80	2,00
Soja (Cr$/60 kg)	1.322,00	1.800,00	2.481,92	1,88

*cálculo feito a partir de um INPC mensal da ordem de 5,5%.
FONTE: CFP.

lhança de São Paulo, alcançou 2.500 kg/ha (quase 17% acima da média verificada no Centro-Sul) garantindo-lhe uma boa produção.

Os estados de São Paulo e Rio Grande do Sul, que representam, em conjunto, 24% e 28% da área e produção nacionais, deverão apresentar uma certa estabilidade em relação à área cultivada na safra 1981/82. A tradicionalidade da lavoura gaúcha, fortemente vinculada à suinocultura (e, mais recentemente, à avicultura) e a demanda do parque industrial instalado em São Paulo são fatores que, nestes dois estados, afastam qualquer perspectiva de queda da área cultivada com o milho.

Resta, ainda, Minas Gerais, estado responsável por 17% da produção do país na última temporada. No momento, subsistem dificuldades para a previsão da área a ser cultivada na próxima safra mineira, uma vez que a época de plantio, a partir de outubro, é ligeiramente retardada em relação aos demais estados. Mesmo assim, não parece provável a diminuição da área plantada com milho em Minas Gerais, levando-se em consideração não só o caráter tradicional do cultivo do cereal para consumo, tanto humano quanto animal, mas, também, o próprio sistema de produção agrícola daquele estado, relativamente atrasado em relação aos estados sulinos. Haja visto que o rendimento médio do estado foi 11,2% inferior à média do Centro-Sul. Este baixo desempenho deveu-se, em parte, à dificuldade do pequeno produtor em adquirir a semente híbrida de milho, passando a optar pela utilização da semente de paiol, de baixo poder germinativo, menos produtiva e de pouca resistência a doenças.

Assim sendo, é possível que a área a ser plantada na região Centro-Sul, com o milho, na temporada 1982/83, situe-se entre os 9,5 milhões de hectares da safra 1980/81 e os 10 milhões de ha da safra 1981/82. A queda do rendimento médio da lavoura, conjugada a uma, ainda que ligeira, diminuição da área plantada, poderá ter efeitos desastrosos no abastecimento do milho.

No que diz respeito às regiões Norte e Nordeste, a estatística final da safra deste ano só será divulgada após setembro, quando se encerra a colheita no Nordeste. A CFP estima que as duas regiões conseguirão produzir perto de 1,5 milhão de t (78% a mais do que em 1980/81) em virtude do aumento de 83% esperado na produtividade regional. Na realidade, a produtividade esperada de 495 kg/ha não significa nenhum avanço, uma vez que, no ano passado, a safra nordestina do cereal apresentou um rendimento extremamente baixo, devido a problemas climáticos, o que poderá não se repetir este ano, muito embora a produtividade regional permaneça muito abaixo do rendimento do Centro-Sul.

Mesmo que o volume de produção esperado, este ano, para a safra setentrional, não venha a ser totalmente alcançado, o abastecimento do Nordeste (cerca de 50 mil t por mês) não sofrerá solução de continuidade nesta temporada, em face da disponibilidade ampla do produto no Centro-Sul.

A conjugação de uma oferta recorde de milho na temporada 1981/82 com um consumo de apenas 22,5 milhões de t trouxe dois resultados positivos. Em primeiro lugar, em relação à avicultura e à suinocultura, possibilitou a obtenção de resultados financeiros não tão ruins, como seria de se esperar num ano de retração da demanda e de maior concorrência da carne bovina. Em segundo, evitou maiores pressões sobre os índices de preços, em uma fase de recrudescimento da inflação.

Resta saber até que ponto pode-se contar com uma repetição deste quadro de folga no abastecimento do cereal durante o decorrer da temporada 1982/83. De antemão, sabe-se que 500 mil t estarão comprometidas para venda à URSS no ano que vem, dando início ao acordo de longo prazo de exportação do produto, num total mínimo de 2 milhões de t, até 1986.

Paralelamente, com a reversão do ciclo da pecuária bovina que, esperava-se, ocorreria em 1982 e, agora, no próximo ano, é provável que o maior crescimento dos setores de carnes substitutas pressione a demanda por rações, aquecendo os preços do milho e remunerando o produtor deste grão em níveis melhores do que os vigentes na temporada 1981/82.

Esta perspectiva, associada à possibilidade de a safra vir a ser igual ou ligeiramente inferior à precedente, faz crer que o milho a ser produzido na atual temporada venha a ser comercializado em níveis que proporcionem maior lucratividade ao produtor rural, reacendendo-lhe a confiança que, tradicionalmente, deposita neste cereal.

A COTAÇÃO DA SOJA BRASILEIRA É, NA PRÁTICA, FEITA EM DÓLARES. ESTE FATO E O GRANDE DIMENSIONAMENTO DO PARQUE DOMÉSTICO DE ESMAGAMENTO, DEVERÃO INFLUIR NA MANUTENÇÃO, OU ATÉ AMPLIAÇÃO, DA ÁREA PLANTADA DA SOJICULTURA, NO PAÍS. PARA TANTO, TALVEZ BASTE QUE RETORNEM AO CULTIVO DA LEGUMINOSA ALGUNS DOS AGRICULTORES QUE A TROCARAM PELO MILHO, NAS ÚLTIMAS SAFRAS.

O ano de 1982 está sendo particularmente desfavorável à sojicultura brasileira, não apenas porque a atual safra do país caiu 15% em relação à de 1981, como, também, porque os preços internacionais da soja e seus derivados são, atualmente, os mais baixos dos últimos anos.

Além disso, as dificuldades enfrentadas pela economia do país fizeram com que o crédito de comercialização (EGF's, principalmente) se tornasse escasso, a tal ponto que muitos financiamentos aprovados e contratados não se efetivaram, por falta de moeda.

A essas dificuldades somou-se o elevado custo do dinheiro, que compeliu a intermediação a reduzir seus estoques, transformando o governo federal no maior comprador da safra recém-colhida e detentor de elevadas quantidades de milho, feijão e arroz.

A questão dos retornos auferidos pelos agricultores em geral, na safra 1981/82, parece ser um ponto extremamente delicado para a continuidade do crescimento da produção agrícola na próxima safra. Isto porque, a safras relativamente abundantes, correspondem preços bastante comprimidos, equivalentes ao preço mínimo, o que significa, em tese, remuneração bem próxima dos custos de produção.

Assim, em relação aos produtores, as conseqüências negativas da última safra podem não ficar restritas à redução nos ganhos diretos pelas razões apontadas. Os elevados estoques em mãos do governo poderão comprometer, também, os retornos do próximo período agrícola.

Essa combinação de menor produção, menores preços, menor disponibilidade de crédito e taxas de juros mais altas levou à compressão da rentabilidade dos produtores. Diante disso, e do aumento das dificuldades em formar lavouras para a próxima safra de verão, os agricultores realizaram manifestações de protesto, por todo o interior do Rio Grande do Sul, no dia 27 de julho último, na tentativa de sensibilizar as autoridades para seus problemas.

De fato, a queda da produção brasileira de soja concentrou-se em grande parte no Rio Grande do Sul, onde, de uma estimativa inicial de produção de 5,7 milhões de t, chegou-se a um número final da safra de apenas 4,2 milhões de toneladas. As lavouras gaúchas, aliás, vêm acumulando sucessivas perdas, na medida em que os solos do estado, compactados pela mecanização intensiva, têm apresentado redução de sua capacidade de absorção de umidade. A produtividade média estadual que, normalmente, é inferior à média brasileira (1.500 kg/ha contra 1.750 kg/ha) foi de apenas 1.200 kg/ha em 1982. Tal rendimento representa um indicador ponderável das dificuldades financeiras enfrentadas pelos produtores gaúchos.

A quebra da produção gaúcha foi o principal

problema da soja, pois, mesmo que uma parcela dos custos tenha sido coberta pelo Proagro, o retorno líquido dos produtores foi quase nulo. Efetivamente, se um produtor colheu 19,75 sacas/ha (ou 1.200 kg/ha) e vendeu-as a Cr$2.100,00 cada, o valor bruto de sua produção por hectare terá sido de aproximadamente Cr$ 41.500,00, enquanto os custos médios (totais) de produção terão ficado, segundo a Fecotrigo, em torno dos Cr$ 46.000,00. O agricultor, neste caso, sofreu prejuízo com o plantio de soja. Se considerarmos, entretanto, apenas os custos variáveis de produção, a rentabilidade(*) (em termos reais), da sojicultura gaúcha, teria se situado em torno dos Cr$ 15.000,00, em 1982, versus Cr$ 31.000,00, em 1981.

A propósito, o Quadro 1 dá uma indicação da evolução da rentabilidade (em termos nominais e reais) das lavouras de soja naquele estado, nos últimos dez anos. A primeira metade da série corresponde ao período de expansão da leguminosa no país, quando os retornos da atividade eram bastante elevados. A segunda inclui três períodos (1978, 1979 e 1982) de quebra de safra, mas, mesmo assim, fica evidenciado que nos anos normais (1980 e 1981) a rentabilidade se situou em torno dos Cr$ 30.000,00/ha, próxima do patamar mais baixo do período anterior (1975). A rentabilidade referente ao ano de 1982 (Cr$ 14.670,00/ha) corresponde ao segundo valor mais baixo da série, apenas ligeiramente superior à de 1979, ano em que a descapitalização dos produtores foi particularmente grave.

O caso das demais regiões produtoras é um pouco diferente. No Paraná, por exemplo, a produtividade de 2.000 kg/ha poderá ter propiciado ao sojicultor um retorno próximo aos Cr$ 30.000,00, segundo o valor bruto da produção e os custos médios totais apresentados pelo Deral.

De qualquer maneira, a preocupação sobre a formação das lavouras na próxima safra não é sem fundamento. Segundo dados do Deral, para as lavouras do Paraná, vem-se ampliando a defasagem entre a receita líquida(**) obtida pelos agricultores ao final de uma safra e a necessidade de recursos para a formação das lavouras no período seguinte. Ou seja, os custos de produção vêm crescendo num ritmo mais acelerado do que as receitas auferidas pelos produtores, naquele estado. De fato, enquanto a receita líquida média teria crescido apenas 20%, em termos nominais, entre 1981 e 1982, os custos variáveis de produção cresceram 70%, nesse mesmo período.

(*) Como rentabilidade tomou-se a diferença entre o valor bruto da produção e o custo médio variável.

(**) Igual a valor bruto de produção menos custo variável.

QUADRO 1

RIO GRANDE DO SUL — Rentabilidade Média das Lavouras de Soja 1973 a 1982 (em Cr$/ha)

Ano	Valor Nominal	Valor Real*
1973	1.067,44	56.810,00
1974	904,00	37.050,00
1975	855,55	28.372,00
1976	1.653,24	39.174,00
1977	3.176,78	51.162,00
1978	1.790,20	21.347,00
1979	1.532,59	12.563,00
1980	6.753,54	28.439,00
1981	16.338,76	31.235,00
1982	14.670,03	14.670,00

FONTE: Fecotrigo.
* Foram considerados os valores nominais em maio de cada ano, atualizados para maio de 1982.2.
Obs.: Como rentabilidade considerou-se a diferença entre o Valor Bruto da Produção e o Custo Médio Variável.

Esse fenômeno se agrava, quando se sabe que aumentou a necessidade de recursos próprios da parte dos médios e grandes produtores, na formação das lavouras. O percentual do VBC a ser financiado a juros de 45% ao ano, nesses casos, se reduziu de 80% para 70% e de 60% para 50%, respectivamente.

Os dados apresentados no Quadro 2 dão uma idéia de como essa redução no financiamento subsidiado deverá afetar os custos, segundo as diversas categorias de produtores. De acordo com esses dados, um produtor médio, que utilize apenas o montante do VBC para a formação da sua lavoura de soja, terá um acréscimo de Cr$ 5.317,00/ha correspondente à tomada de empréstimo junto ao setor bancário, à taxa de juros de 12% ao ano, mais a correção monetária pós-fixada (aqui projetada em 6% ao mês) segundo as novas normas determinadas pelo Conselho Monetário Nacional. No caso do grande produtor, esse adicional seria de Cr$ 8.862,00/ha correspondendo, neste caso, a 22% do VBC total de Cr$. . . 41.200,00 para a faixa de produtividade de 1.501 a 1.750 kg/ha, tomada como exemplo.

O estímulo institucional para a próxima safra parece direcionar-se ao aumento da produtividade. Tanto na soja como nas demais lavouras, as faixas mais altas de rendimentos físicos receberam reajustes de VBC's até trinta pontos percentuais acima das faixas mais baixas e médias, sendo o crescimento dos VBC's, naqueles casos, superior à inflação. Além disso, os preços básicos dos diversos produtos agrícolas obtiveram reajustes semelhantes (em torno dos 90%) indicando um tratamento homogêneo por parte das autoridades. Isto porque, ao contrário das últimas duas safras, quando o milho foi escolhido como cultura a ser especialmente estimulada, a elevada produção da safra 1981/82, e os atuais estoques governamentais deste cereal desaconselham um estímulo adicional ao crescimento da produção.

Simultaneamente, a redução da safra brasileira de soja de 1982, o crescimento da ociosidade industrial e a redução da receita de exportação do complexo tornaram necessária uma recuperação da produção do país. Foi nessa conjuntura que surgiu o chamado "Projeto Soja" patrocinado pelas indústrias de óleos vegetais e, inicialmente, contando com o apoio das cooperativas. Esse projeto reivindicava do governo uma série de medidas especiais para a soja, dentre elas a concessão do VBC integral a 45% ao ano a médios e grandes produtores. Preconizava, também a expansão da área plantada para perto dos 10 milhões de ha e, da produção, para 18 milhões de t.

Ainda que o governo federal não tenha atendido a essas reivindicações, a liberação de verbas para o Programa de Calcário (um dos pontos do "Projeto") mostra a sensibilização das autoridades para a necessidade de recuperação da produção, principalmente via incrementos da produtividade. No Rio Grande do Sul, ao lado da compactação, a falta de correção da acidez dos solos pela desativação do Procal, tem sido apontada como grande responsável pela queda dos rendimentos físicos.

Concomitantemente, com o objetivo de "desburocratizar" o crédito rural — o que, em tese, aumenta o acesso dos pequenos produtores a ele — o governo federal, através do Banco Central, emitiu a Circular nº 706, dispensando a comprovação da utilização dos chamados insumos modernos nas lavouras. Se, em princípio, os objetivos da medida parecem louvá-

QUADRO 2

SOJA: Cálculo de Juros Pagos pelo Crédito de Custeio por Pequenos, Médios e Grandes Produtores, na Região Centro-Sul na Safra 1982/83 (Cr$/ha)

	Pequeno	Médio	Grande
1) VBC: 1.501-1.750 kg/ha	41.200,00	41.200,00	41.200,00
2) Parcela do VBC financiada a 45% a.a.	41.200,00	28.840,00	20.600,00
3) Parcela a ser financiada em média a 124% a.a.(1)	–	12.360,00	20.600,00
4) Juros pagos à taxa subsidiada	11.602,00	8.121,00	5.801,00
5) Juros pagos à taxa de mercado	–	8.798,00	14.663,00
6) Total de juros pagos	11.602,00	16.919,00	20.464,00
7) Acréscimo de juros pagos, em função da diferença entre as taxas subsidiadas e de mercado	–	5.317,00	8.862,00

Obs.: Item 7 = total do item 6 para médios e grandes produtores menos o total do mesmo item para os pequenos.
FONTE DOS DADOS BRUTOS: MINAGRI.
(1) De acordo com a resolução do Conselho Monetário Nacional, a parcela não subsidiada do VBC será tomada junto à rede bancária à taxa de 12% ao ano, acrescida de correção monetária. Para efeito desse cálculo considera-se uma desvalorização mensal da moeda de 6%. A taxa anualizada foi de 124%.

veis, o seu resultado final poderá ser uma redução das produtividades médias das culturas, através de um decréscimo significativo na utilização de insumos, num ano de redução do montante de crédito subsidiado.

Desta forma, o panorama para a próxima safra ainda se encontra um tanto nebuloso. Nebulosidade inerente não só às desvantagens conjunturais da soja mas, também, às diversas culturas concorrentes em área, sendo, pois, difícil vislumbrar vantagens de umas em relação às outras.

Os preços de comercialização da safra 1981/82 vêm sendo baixos de maneira geral. A cotação do milho, por exemplo, girou ao redor do preço mínimo de garantia ao longo de todo o ano, apesar das maciças compras governamentais, o que revela uma fraca evolução da demanda. Também no caso do feijão e do arroz, o governo federal efetuou grandes aquisições e somente os preços desse último são superiores, atualmente, ao preço mínimo. Por outro lado, as dificuldades creditícias relativas à safra 1981/82, quanto à obtenção de EGF's, e as maiores restrições de financiamento subsidiado a médios e grandes produtores, para a próxima safra, são iguais para todos os produtos.

Cabe registrar, porém, que, das opções de verão, a soja é a única cultura que conta com sinalizadores externos. O mercado internacional, entretanto, encontra-se numa fase de retração de demanda e de abundância de oferta. Isto porque as altas taxas de juros nos EUA fortaleceram a moeda norte-americana frente às demais, tornando mais altos os preços das **commodities** nos países da Europa Ocidental e no Japão, principalmente, fazendo com que a demanda por esses produtos se retraísse. Além disso, a difícil situação dessas economias e também, dos países em desenvolvimento, contribuiu para a redução da capacidade de importação de produtos como o farelo e o óleo de soja.

Paralelamente, a safra norte-americana deverá atingir o volume recorde de 62,4 milhões de t, o que indica que, mesmo que a taxa de juros norte-americana venha a ceder, e a demanda possa, assim, reativar-se, as cotações não deverão sofrer acréscimos de grande monta.

O USDA está projetando um preço médio de 5,75 dólares por bushel para 1982/83 contra 6,05 para a atual temporada e 5,79 dólares em 1977/78. Trata-se da média mais baixa dos últimos cinco anos mas, apesar do panorama externo da soja ser tão pouco promissor, o produto conta com vantagens em relação aos gêneros de mercado doméstico. Ou seja, seus preços cotados em dólares e a dimensão do parque de esmagamento interno acabam garantindo aos produtores um nível mínimo de preços, em geral superior, em termos relativos, ao patamar garantido pela política de preço mínimo para outros produtos.

É essa vantagem comparativa, vinculada às próprias características da cultura, que deverá fazer com que se mantenha — ou mesmo cresça ligeiramente — a área plantada com a leguminosa, no país, em 1982/83. O crescimento poderia ocorrer através do retorno à soja de pequenas fatias de terra que haviam sido destinadas ao milho, em regiões tradicionalmente sojicultoras, nas últimas duas safras. Neste caso, apenas o Rio Grande do Sul poderia ser uma exceção, em face das grandes perdas com soja, na safra 1981/82.

Em relação à região Centro-Oeste, existe a possibilidade de crescimento da área, ainda que em ritmo mais lento do que nos últimos anos. Isto porque a entrada de soja na região ocorre basicamente após o desmatamento e os dois primeiros anos cultivados com arroz. Entretanto, o crédito de investimento e, conseqüentemente, a abertura de novas áreas, vêm-se reduzindo já há três safras.

Diante desse quadro, e em termos apenas de projeções iniciais para 1982/83, parece razoável supor que ocorra a repetição da área plantada na última safra. Se ela for associada à recuperação dos rendimentos físicos por hectare, retornando aos 1.750 kg (em termos nacionais) ter-se-á uma produção por volta das 14,5 milhões de t, o que representa o retorno ao patamar de 1980 e 1981. A partir daí, pode-se supor a existência de um excedente exportável de grão, farelo e óleo, capaz de gerar uma receita da ordem de 2 bilhões de dólares.

Considerou-se, apenas para efeito desse cálculo, que as cotações médias de 1982/83 serão os preços (baixos) atualmente projetados pelo USDA para a próxima temporada, e que o consumo interno de farelo e óleo deverá repetir-se no próximo ano.

Se as perspectivas hoje vislumbradas para o complexo soja não são das mais alentadoras, não é possível, entretanto, descartar totalmente a possibilidade de uma recuperação, ainda que modesta, nos preços, em função de uma mudança no panorama econômico mundial.

A NOVA SISTEMÁTICA DE REAJUSTE DO PREÇO PAGO PELO BANCO DO BRASIL NA COMPRA DO CEREAL, A BOA SAFRA DO ANO PASSADO E A DESASTROSA COLHEITA DA SOJA EM ALGUMAS REGIÕES, ESTE ANO, FORAM FATORES DE OTIMISMO QUANTO AO PLANTIO DESTE ANO, OTIMISMO PAULATINAMENTE DESFEITO PELO DESENVOLVIMENTO DA SAFRA.

A atual safra brasileira de trigo vem encontrando diversas dificuldades no seu desenrolar. De fato, o plantio foi retardado pela estiagem de abril e maio, ao mesmo tempo em que seu desenvolvimento inicial efetuou-se com excesso de umidade, pois os meses de junho e julho foram extremamente chuvosos.

Este quadro se contrapõe a um panorama inicial de relativo otimismo, por parte dos triticultores, depois de duas safras em que ocorreram reduções de área. Tal otimismo tinha como razões o bom desempenho da safra de 1981, o preço de garantia, fixado pelo governo em US$ 275/t, e o novo fracasso com a soja, que pareciam ter feito renascer o ânimo para o cultivo do cereal.

Efetivamente, a fixação de um preço reajustável à época da colheita era uma antiga reivindicação dos produtores pois, à medida que a inflação se acentuou, a defasagem entre a receita auferida pelos primeiros a colherem (em setembro) e os últimos (que vendem o trigo ao Banco do Brasil em dezembro) tornou-se bastante significativa (ver **Agroanalysis**, vol. 6, nº 4).

Quanto ao fracasso com a soja, já se encontra tradicionalmente associado ao crescimento do cultivo de trigo, que atingiu sua área recorde em 1979, justamente o ano de uma séria frustração da safra da leguminosa.

A boa produtividade alcançada na lavoura do trigo em 1981, entretanto, não deverá se repetir este ano. Isso porque os trigais do Norte e do Oeste do Paraná, de São Paulo e do Mato Grosso do Sul, enfrentaram, nos meses de junho e julho, chuvas intensas e temperatura elevada, o que propiciou o aparecimento de doenças fúngicas e problemas fisiológicos de toda ordem. As chuvas contínuas ao longo destes dois meses impediram, inclusive, a entrada dos produtores nas lavouras, para a aplicação de fungicidas.

Quanto ao Rio Grande do Sul, a situação das lavouras de trigo, desde o início, poderia ser considerada apenas regular. Houve excesso de chuvas na época do plantio, pouca luminosidade e pouco frio, no período inicial de crescimento, o que impediu um melhor desenvolvimento da estrutura radicular das plantas. Por tudo isso, já se estima, hoje, que a produtividade média desta safra deverá se situar por volta dos 900 kg/ha, o que propiciaria uma produção nacional de 2,5 milhões de t, apenas 13% superior à de 1981, apesar de a área total ter crescido aproximadamente 44%.

Essa estimativa de produção (2,5 milhões de t) pode, ainda, em se tratando de uma cultura instável, como o trigo, ser mudada substancialmente. Com efeito, a etapa mais crítica para a safra gaúcha, por exemplo, apenas se inicia, pois é na primavera que se

registram, tradicionalmente, as maiores perdas naquele estado.

O panorama da safra de 1982 — problemas climáticos e fitossanitários — pode ser considerado normal, pois o cultivo de trigo no Brasil jamais conseguiu, a não ser em anos excepcionais, livrar-se dessas dificuldades. É em função desta "tradição" que, de tempos em tempos, retoma-se a discussão a respeito da viabilidade da produção de trigo no Sul do país. Essa viabilidade, entretanto, apresenta diversos aspectos. O trigo torna-se viável, em termos empresariais, quando cultivado em sucessão com a soja e por contar com forte apoio governamental, em termos de crédito e/ou preços. O suporte institucional à cultura tem, entretanto, um custo social que não pode deixar de ser considerado.

Levando em conta esse fator e o fato de o plantio de trigo ser tecnicamente viável no cerrado (e com produtividades bem superiores às obtidas no Sul) desde que se utilize irrigação, foi criado o Programa de Financiamento para Aquisição de Equipamentos de Irrigação (PROFIR) aparentemente com a intenção de atingir dois objetivos simultâneos: viabilizar a ocupação do cerrado e auxiliar a expansão da produção interna de trigo.

Os produtores, por sua vez, não responderam da forma esperada. Os recursos do PROFIR, nos moldes do programa inicial, que incluía, entre outras exigências a utilização de fonte energética alternativa ao petróleo e a obrigatoriedade de, pelo menos, uma safra anual de trigo, não encontraram tomadores. Isto levou o governo federal a abrandar suas exigências quanto ao plantio de trigo e às fontes de energia a serem utilizadas na irrigação, com o intuito, provavelmente, de viabilizar sua meta mais global — a ocupação do cerrado.

Tal situação suscita algumas reflexões. Em primeiro lugar, o plantio de trigo não apresenta atratividade por si só mas, sim, vinculado a toda uma infra-estrutura de produção, onde a atividade principal é a soja. Os produtores de soja, por seu turno, estão ocupando novas áreas, mas em regiões que, apesar de não disporem da infra-estrutura existente no Sul, possuem um solo (pelo menos no princípio) de boa qualidade e dispensam a irrigação. Este é o caso de Mato Grosso do Sul, de Mato Grosso e de partes de Goiás.

Assim sendo, parece lícito supor que apenas a viabilidade econômica da soja no cerrado (mediante o esgotamento de outras frentes de expansão, por exemplo) poderia propiciar a expansão da produção de trigo naquela região, basicamente como fruto do crescimento do complexo trigo-soja. A expansão do trigo naquela área, portanto, está vinculada à possibilidade concreta de ocupação econômica do cerrado, em primeiro lugar. Dependerá, também, da capacidade governamental de criar e manter estímulos à produção do cereal, na região. Deste modo, a contribuição do trigo do cerrado ao crescimento das safras nacionais deverá ser, a curto e médio prazos, bem modesta.

O intervalo, hoje existente, entre a produção e o consumo internos, deverá ser reduzido, por conseguinte, através do decréscimo no consumo. Este, por seu lado, está vinculado à possibilidade da retirada do subsídio que, no caso do trigo, é a diferença entre o custo de aquisição do trigo nacional (pelo Banco do Brasil) e do importado (pela SUNAB) e a receita obtida com sua venda aos moinhos. Com a baixa generalizada das cotações de "commodities" no mercado internacional, o peso maior do subsídio, este ano, será dado à parcela do trigo produzido internamente. Isto porque o país vem adquirindo trigo no exterior por aproximadamente Cr$ . . . 38.000,00/t, enquanto paga ao produtor nacional Cr$ 52.995,00/t (US$ 275/t, à taxa de câmbio de 1º de setembro). Quanto ao preço de venda aos moinhos, é de Cr$ 27.144,00/t.

Conforme pode ser observado, o preço de aquisição do trigo importado e o preço de venda aos moinhos não se encontram tão distantes. Contudo, sua defasagem deverá crescer, ainda que se mantenham as atuais (baixas) cotações do mercado internacional, na medida em que cada desvalorização da moeda aumenta o preço em cruzeiros do trigo importado. Quanto ao produto doméstico, a defasagem atual (Cr$ 52.995,00 para a compra e Cr$ 27.144,00 para a venda) também irá crescer, já que o preço de garantia pago ao produtor nacional, de US$ 275/t será corrigido mensalmente (a cada dia 1º) até dezembro, segundo o ritmo da desvalorização cambial.

A contrapartida para impedir o crescimento do subsídio reside, evidentemente, no aumento dos preços de venda aos moinhos. Mas embora isso se faça necessário (pois a cada desvalorização da moeda o subsídio aumenta), o peso dos aumentos sobre o Índice de Custo de Vida tem reduzido a freqüência desses reajustes. Atualmente, a meta de extinção total do subsídio, ao final deste ano, parece remota.

Enquanto isso, em 1982, o consumo deverá

situar-se em torno de 6,37 milhões de t (inclusive sementes) apenas ligeiramente inferior às 6,6 milhões de t de 1981. É bem verdade que a necessária continuação da retirada do subsídio deverá reduzir o consumo novamente em 1983. Estimativas preliminares indicam que ele poderia ficar em torno das 6 milhões de t.

Para o país, o crescimento da produção interna significará nova redução das despesas com importações do cereal. O panorama do mercado internacional de trigo é, à semelhança do da soja, de abundância de oferta e grande concorrência entre os fornecedores. O Brasil vem, inclusive, aproveitando-se dessa conjuntura e negociando acordos de compra de trigo para pagamento em três anos. Igualmente relevante, portanto, parece ser a perspectiva de preços relativamente baixos, como função de uma grande safra norte-americana e do comportamento das taxas de juros daquele país que, ao fortalecer o dólar frente às outras moedas, reduz a capacidade de importação das demais nações.

A persistência da queda (recém-iniciada) das taxas de juros no mercado internacional poderá reverter o atual panorama de preços, uma vez que a demanda poderá se reativar, alcançando um patamar em que poderá aquecer as atuais cotações, em torno dos US$ 3,5/bu. Para o Brasil, a manutenção desse nível de preços poderá representar um dispêndio com importações de trigo, em 1982, da ordem de US$ 800 milhões, **versus** US$ 962 milhões em 1981 e US$ 1,05 bilhão em 1980.

PANORAMA AGROPECUÁRIO

PREÇOS NO MERCADO EXTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Comportamento dos Futuros
6 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	Tendência	Fatores Ponderáveis
AÇÚCAR RAW MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	14,76	6,80	6,59	6,41	7,08		7,25		7,85		8,40		8,66		8,88		➡	Preços devem permanecer baixos diante de confirmação das estimativas de uma nova grande safra (1982/83) da CEE.
ALGODÃO 1-1/16" M-Memphis MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	66,24	60,69	59,60	59,09		65,70		67,79			70,40		71,94		73,48		↗	– A alta do ouro deverá continuar influenciando o mercado. – Próxima estimativa da safra norte-americana 1982/83 poderá acusar pequena redução devido aos problemas climáticos.
CACAU BAHIA MERC.–N.Y. US$/tonelada Fonte: Unicom	2013,57	1388,14	1406,75	1405,20	1388,14			1459,82			1520,00		1566,09		1605,05		↗	O fortalecimento dos mercados de metais preciosos está beneficiando os preços do cacau.
CAFÉ SANTOS MERC.–N.Y. US ¢/lb-peso Fonte: Unicom	114,00	131,14	132,86	132,44	131,14			123,12			116,25		110,31		107,59		↗	Até o momento, as negociações do Acordo Internacional parecem promissoras e têm gerado pequenos ganhos de preço. A curto prazo, as cotações flutuarão ao sabor das informações oriundas das negociações, em Londres.

NOTA: Spot de Cacau e Café suspenso. As posições da Última Semana, Última Quinzena e do Mês Anterior referem-se a futuro 1ª entrega.

As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza subjetiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Futuros S	O	N	D	J	F	M	A	M	J	J	A	Tendência	Fatores Ponderáveis
MILHO TWO YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	309,94	246,75	246,52	243,75	232,72			237,44			253,38		263,42		269,76			Safra norte-americana pode chegar a 212,5 milhões de toneladas. Demanda externa pelo grão mantém-se fraca.
SOJA - GRÃO ONE YELLOW MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	694,78	598,80	598,03	596,35	571,26			577,47	592,07		608,05		621,32		632,84			USDA aumentou sua estimativa da produção norte-americana de 1982 para 63 milhões de t, 1% superior à sua estimativa de agosto e 14% acima da quantidade produzida em 1981.
SOJA FARELO MERC.–CHIC. US$/tonelada Fonte: Unicom	198,79	168,12	165,64	166,00	166,20	166,31		171,70	173,76		177,69		182,06		186,14			Mercado internacional continua pouco ativo apesar dos atuais baixos preços.
TRIGO SOFT RED MERC.–CHIC. US ¢/bushel Fonte: Unicom	371,12	334,08	331,42	331,85	341,88			363,90			382,28		389,13		387,49			USDA mantém praticamente inalterada, em setembro, sua estimativa da produção mundial de trigo.

PREÇOS NO MERCADO INTERNO

GUIA DE LEITURA (posições nominais)
1 – Posição da última semana do mês
2 – Posição da última quinzena do mês
3 – Posição do mês anterior
4 – Posição um ano antes
5 – Fatores ponderáveis e perspectivas dos próximos 30 dias

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
ALGODÃO Tipo 6–Sul do BR MERC. – SP Cr$/15 kg Fonte: Bolsa de Mercadorias de SP	4330,54	4490,00	4490,00	4490,00	→	– Indústria mantém compras regulares. – Exportações adicionais dos tipos melhores poderão acusar nova alta dos preços.
ARROZ Amarelão - Est. Cen. MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	4754,36	5022,73	5166,67	5470,00	→	Mesmo com a grande oferta da safra, deverão ocorrer altas nominais no mercado, em razão da política de vendas dos estoques do governo, que procurará não prejudicar o próximo plantio.
CAFÉ Tipo 7/8 MERC. – RJ Cr$/sc. 60 kg Fonte: Cent. do Com. de Café do RJ	16279,56	16872,08	16615,00	16560,00	→	Cotações muito próximas ao suporte efetivo definido pelo preço de garantia.
BOI GORDO – MERC. – Pres. Prud. Cr$/arroba Fonte: IEA-SP	4153,29	4100,00	4116,67	4200,00	→	– Entressafra: menor oferta de bois terminados. – Maior volume de carne bovina exportada. – Dificuldade de repasse dos preços no mercado retalhista.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

NOTA: Cotações de Algodão correspondem a 1º Futuro.

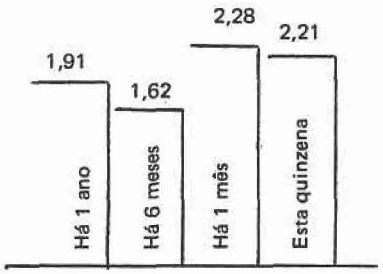
As informações e perspectivas aqui apresentadas se baseiam em fontes fidedignas e em cuidadosas análises de cada mercado, cujo grau de precisão e integridade, entretanto, o GIA não pode garantir. Nossas opiniões sobre as perspectivas de mercado são, por sua natureza sujeitiva, sujeitas a mudanças, independentemente da ocorrência de novos fatores ponderáveis. Sugerimos contato com nossos técnicos para qualquer esclarecimento ou troca de opiniões. (ver 1ª contracapa).

PREÇO / PRODUTO	Posição 1 Ano Antes	Posição Mês	Posição Última Quinzena	Posição Última Semana	Tendência	Fatores Ponderáveis
FEIJÃO Carioquinha Especial MERC. – SP Cr$/sc. 60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	12304,27	5672,00	6050,00	5980,00	→	De um lado, grande oferta da safra da seca e, de outro, já vigoram os preços mais elevados do feijão da terceira safra, no estado de São Paulo.
FRANGO Vivo MERC. – SP Cr$/kg Fonte: APA	145,15	119,68	123,92	124,50	→	Mercado avícola consegue se valer do aumento da cotação da arroba do boi gordo, conquanto a oferta de aves seja elevada.
MILHO Amarelo Semiduro MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	1504,32	1203,86	1225,42	1275,00	→	Notícia de que a CFP só desovará seu estoque a partir de meados de outubro mantem mercado aquecido.
SOJA - GRÃO Industrial MERC. – SP Cr$/60 kg Fonte: Bolsa de Cereais de SP	2532,44	2119,09	2093,75	2122,00	→	Fracas cotações no mercado externo mantém estáveis (em termos nominais) os preços internos.

Corrigidos pelo IGP, col. 2 – Conjuntura Econômica-FGV.

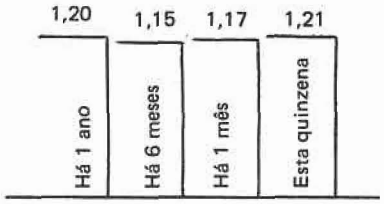
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO INTERNO

Boi Gordo / Frango Vivo



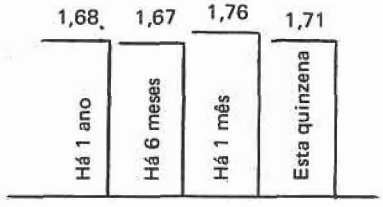
O preço relativo boi gordo/frango vivo apresentou decréscimo na última quinzena, em comparação ao preço relativo médio do mês, em função da conjugação do movimento altista de 3,5% da cotação do frango vivo à elevação de 0,4% observada no preço do boi gordo no período. O movimento altista do mercado da carne bovina, devido ao período de entressafra, favorece o mercado do frango, muito embora a oferta da ave no mercado interno encontre-se elevada, em razão das dificuldades enfrentadas pelo setor exportador deste produto.

Frango Vivo / Ração Ave Corte



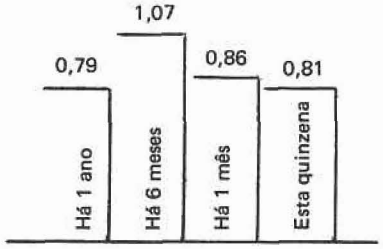
A ligeira elevação ocorrida no preço da ração na última quinzena, em cotejo com a posição dos últimos trinta dias, é explicada pelo aumento observado no preço do milho neste período. A associação deste aumento ao aquecimento do mercado de frango vivo explica o novo patamar da relação frango vivo/ração, que passa a sinalizar mais favoravelmente à criação de aves.

Soja / Milho



A redução no ritmo da exportação de derivados da soja (farelo e óleo) em relação a um ano atrás, combinada com a queda dos seus preços externos, explica a queda de 1,2% nas cotações da oleaginosa na última quinzena, se comparada aos últimos trinta dias. Paralelamente, elevou-se o preço do milho, em função do paulatino decréscimo dos estoques do produto em mãos de produtores e cooperativas. Desta forma, o preço relativo soja/milho sofreu redução, no período considerado, encontrando-se em nível próximo àquele vigente há um ano.

Feijão Preto / Feijão Carioquinha

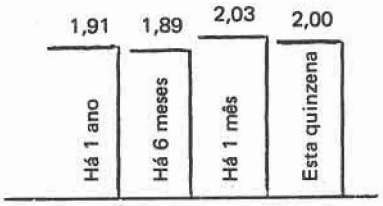


A cotação do feijão preto permaneceu inalterada, na última quinzena, em relação a trinta dias antes, pois o mercado deste produto ainda se ressente do elevado volume estocado pelo governo federal. Já o feijão carioquinha sofreu uma alta de 6,7% em seu preço, no período em questão, apesar de o mercado desta variedade estar sendo abastecido com o ingresso das segunda e terceira safras. Devido a estes fatores, a relação feijão preto/feijão carioquinha da última quinzena colocou-se em patamar inferior à posição média do mês.

FONTES: Boi Gordo: IEA-Sec. Agric. SP. Frango Vivo e Ração Ave Corte: IEA-Sec. Agr. SP e APA. Feijão Preto, Feijão Carioquinha, Soja e Milho: Bolsa de Cereais de SP.

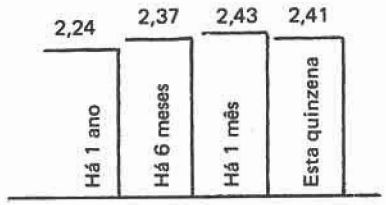
PREÇOS RELATIVOS – MERCADO EXTERNO

Algodão / Soja



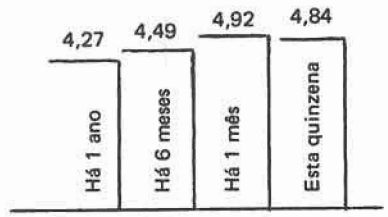
O bom desempenho da safra recorde de soja norte-americana atualmente estimada em 63 milhões de t, responde pela ligeira queda, observada em suas cotações, na última quinzena. No mercado do algodão, a persistente queda no consumo interno norte-americano do produto, aliada ao adiamento para setembro/outubro dos acordos da CEE com os principais exportadores de têxteis, constituem fatores explicativos para a queda de 1,8% na cotação do algodão no período. Desta forma, o preço relativo em questão encontra-se em um nível inferior ao da posição imediatamente anterior.

Soja / Milho



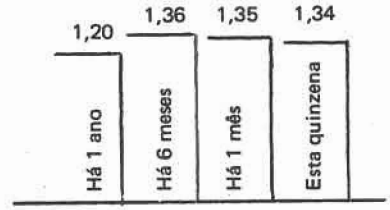
A conjugação da suave queda verificada no preço do milho durante a última quinzena (devido à perspectiva de que os EUA obtenham nova safra recorde do produto em um ano de fraca demanda externa) ao movimento também baixista detectado no mercado da soja, responde pela ligeira queda da relação soja/milho, na quinzena, em comparação ao preço relativo médio do mês.

Algodão / Milho



Os fatores de queda, anteriormente mencionados para o algodão, responsabilizam-se pela ligeira queda do preço relativo algodão/milho na última quinzena, se comparado ao preço relativo médio do mês. Convém notar que o fato da queda do preço do algodão ter assumido maior proporção do que aquela verificada no mercado do milho deve-se à crise econômica mundial, que tende a impor restrições mais acentuadas ao comércio mundial de têxteis, reduzindo, assim, o consumo de algodão.

Trigo / Milho



O preço relativo trigo/milho desta quinzena revelou-se praticamente igual àquele observado durante o mês. Isto porque, a uma incipiente depreciação do preço do milho no período, aliou-se uma queda inferior a 1% no preço do trigo, já que a safra norte-americana deste cereal, da ordem de 76,6 milhões de t, compensa amplamente a redução prevista na safra tritícola australiana, em função da seca que assola esta região produtora.

FONTES: Algodão: Unicom, Cotton World Statistics. Soja, Milho e Trigo: Unicom, Commodity Year Book.

Impresso na



COMPANHIA BRASILEIRA DE ARTES GRÁFICAS
RUA RIACHUELO, 128 TEL. 222-3359

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

Entidade de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, instituída em 20 de dezembro de 1944 como pessoa jurídica de direito privado, visando ao estudo dos problemas de organização racional do trabalho, especialmente nos seus aspectos administrativos e social e à conformidade de seus métodos às condições do meio brasileiro.

Sede: Praia de Botafogo, 190 — Caixa Postal: 9.052 — ZC 02
Tel.: 551-1542
CEP: 22.250 — Rio de Janeiro — RJ

Presidente: Luiz Simões Lopes
Superintendente Geral: Roberto Hermeto Corrêa da Costa

CONSELHO DIRETOR:
Presidente: Luiz Simões Lopes
Vice-Presidente: Jorge Oscar de Mello Flôres
Membros: Alberto Sá Souza de Brito Pereira, Aldo Batista Franco, Carlos Medeiros Silva, Eugênio Gudin, Francisco Oswaldo Neves Dornelles e Octávio Gouvêa de Bulhões. Membros Suplentes: Carlos Alberto Pires de Carvalho Albuquerque, Luiz Fernando da Silva Pinto e Manoel Fernando Thompson Motta.

CONSELHO CURADOR:
Presidente: Alberto Pires Amarante
Vice-Presidente: João Carlos Vital
Membros: Alzira Vargas do Amaral Peixoto, Antônio Garcia de Miranda Neto, Antônio Ribeiro França Filho, Apolônio Jorge de Faria Salles, Celso Timponi, Cezar Reis Cantanhede e Almeida, Domingos Marques Grello, Estado de São Paulo, Geraldo Wilson Numan, Henrique Domingos Ribeiro Barbosa, Instituto de Resseguros do Brasil, José de Nazaré Teixeira Dias, Embaixador Manoel Pio Corrêa Jr., Mário Abrantes da Silva Pinto, Moacyr Velloso Cardoso de Oliveira, Paulo de Tarso Leal, Rubens d'Almada Horta Pôrto, Theodoro Arthou.

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA

COMISSÃO DIRETORA:
Presidente: Octávio Gouvêa de Bulhões
Vice-Presidente: Mario Henrique Simonsen
Membros: Angelo Jorge de Souza, Eugenio Gudin, Janes Angelo de Souza e Julian Magalhães Chacel.

DEPARTAMENTO DE ENSINO:
Diretor da Escola de Pós-Graduação em Economia: Mario Henrique Simonsen.

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS E PESQUISAS:
Diretor: Julian Magalhães Chacel.

Centro de Estudos Monetários e de Economia Internacional — Luiz Aranha Corrêa do Lago.
Grupo de Gerência e Economia da Informação — Moacyr Antonio Fioravante.

Divisão de Contabilidade Social:
Diretor: Angelo Jorge de Souza
Centro de Contas Nacionais: Ralph Miguel Zerkowski
Centro de Estudos Fiscais: Margaret Hanson Costa
Centro de Estudos Industriais: Eden Gonçalves de Oliveira
Grupo de Análise Contábil: Sebastião Marcos Vital

Divisão de Estatística e Econometria:
Diretor: Janes Angelo de Souza
Centro de Estudos Agrícolas: Sylvio Wanick Ribeiro
Centro de Estatística Econômica: Marcos Ferreira de Souza
Centro de Processamento de Dados: Eugênio Decourt
Grupo Especial de Consumo: Roberto Maia de Camargo Abib



Não sendo encontrado o destinatário, devolver ao
GRUPO DE INFORMAÇÃO AGRICOLA
FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS
Av. Gomes Freire, 647 -- 10º andar
ZC-58 - RIO DE JANEIRO - RJ - BRASIL